PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 005/2025

INEXIGIBILIDADE Nº. 005/2025

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS COM ÊNFASE EM CONSULTORIA E ASSESSORIA EM FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS E PREVIDENCIÁRIA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MULUNGU DO MORRO – BA.

EMPRESA: JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

VALOR GLOBAL: 102.000,00 (Cento e dois mil reais).

Base Legal: Art. 74, inciso III, lei n.º 14.133/2021.

O processo em epígrafe contém ____ folhas, devidamente numeradas e assinadas por quem de direito.

Portaria

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO-BA
Praça- Elza Maria de Jesus, nº 205- Centro- Mulungu do Morro- Telefax (74)3643-1380.
CNPJ- 00.843.764/0001-49.

Portaria nº 001/2025 de 06 de janeiro de 2025.

"EMENTA: dispõe sobre a designação de agentes públicos responsáveis pela condução de processos de licitação e contratação direta no âmbito Câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro – Ba."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MULUNGU DO MORRO, ESTADO DE BAHIA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas de licitações e contratação direta;

CONSIDERANDO que a Lei 14.133/21 estabelece que deverão ser designados agentes públicos responsáveis pela condução de processos licitatórios e contratações direta;

CONSIDERANDO que a Lei 14.133/21 determina, em seu art. 7º que os agentes designados deverão ser, **preferencialmente**, servidor efetivo ou empregado público do quadro permanente da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o art. 7º da Lei 14.133/2021 define que a licitação será conduzida por um Agente de Contratação e que este será auxiliado por uma Comissão de Contratação composta por, no mínimo, 03 (três) agentes públicos;

CONSIDERANDO que, nos casos de licitação que envolva bens ou serviço especiais, o Agente de Contratação poderá ser substituído por Comissão Especial de Contratação, devendo esta ser composta por 03 (três) agentes públicos e preencher os requisitos do art. 7º da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO que nos processos licitatórios na modalidade "Pregão" o Agente de Contratação será denominado "Pregoeiro";

RESOLVE:

Art. 1º Designa-se o servidor do quadro desta Câmara Municipal o(a) Sr **Núbia Maciel da Silva Marques**, para exercer a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** da Superintendência de Trânsito e Mobilidade de Irecê/BA, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º Ficam designados para comporem a **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO** os seguintes servidores: **Mairata Adria Anjos do Nascimento e Manoel Missias Timóteo de Souza,** para exercerem as funções atinentes à **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO** previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, nos limites daquela Lei.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian conforme MP n. 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Cetificação diigital: 650C06ECB11FA8D5B05BDA6452BC4306

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO-BA
Praça- Elza Maria de Jesus, nº 205- Centro- Mulungu do Morro- Telefax (74)3643-1380.
CNPJ- 00.843.764/0001-49.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no *caput* deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação no desempenho de suas atribuições, em conjunto ou isoladamente.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e da Comissão de Contratação a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame, especialmente aquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação poderão contar com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º O Agentes de Contratação convocará os membros da Comissão de Contratação quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais, nos limites legais.

§ 2º O Agente de Contratação e/ou a Comissão de Contratação poderá convocar servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º Designar a servidora **Crisley Sebastiana Souza Gomes** como Fiscal de Contrato, para exercer as funções previstas no art. 117, da Lei nº14.133/21.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Mulungu do Morro/BA, 06 de janeiro de 2025

Júlio Souza Santos
Presidente

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian conforme MP n. 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Cetificação diigital: 650C06ECB11FA8D5B05BDA6452BC4306

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Considerando a necessidade de abertura de processo administrativo objetivando a Prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro;

Considerando que o desenvolvimento das atividades da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro está vinculado a específicas técnicas e normas;

Considerando que as técnicas e as legislações exigem amplo e específico conhecimento acerca da temática pela Gestão desta casa legislativa;

Considerando que utilizamos do presente documento de formalização de demanda para requerer e justificar a contratação, vez que é correlacionada às necessidades da Câmara Municipal, vez que todos os seus atos devem ser revestidos de legalidade e a interrupção da prestação de tais serviços pode afetar todas as áreas da Gestão desta casa legislativa;

Considerando que, por ser um serviço especifico, mister se faz a contratação de uma Assessoria especializada referente a prestação de serviços de consultoria e assessoria pertinente aos aspectos jurídicos da Municipalidade;

Considerando que ante as formalidades exigidas para levantamento das referidas pendências e as providencias legais cabíveis para solução das questões acima descritas

Considerando que em razão da inviabilidade de competição para a contratação de serviço técnico especializado e de natureza predominantemente intelectual com profissionais e de empresa com notória especialização, conforme estabelecido no artigo 74, III, "c" da Lei Federal 14.133/2021, indicamos que a contratação ocorra por inexigibilidade de licitação;

Diante dos fatos, solicito a autorização de V. Exa. para abertura de processo administrativo objetivando a Prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro, ao tempo em que

indicamos a contratação da empresa JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA , para execução do presente objeto, por tratar-se de uma tradicional e conceituada prestadora de serviço na área, com notória especialização devidamente comprovada. O valor mensal é de R$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais), em 12 parcelas, perfazendo o valor global de 102.000,00 (Cento e dois mil reais), e este preço foi devidamente comprovado através de extratos de contratos com valores similares em municípios do mesmo porte da atual contratante.

Em anexo a esse documento seguem:

• Estimativa de despesa na forma estabelecida no artigo 23, da Lei federal 14.133/2021;

• Estudo Técnico Preliminar, Termo de referência formalizando a demanda, contendo todos os requisitos previstos no inciso XXIII e suas alíneas, do artigo 6º da Lei Federal 14.133/2021, bem como os requisitos constantes no artigo 72 da mesma legislação;

• Documentação que comprova a notória especialização da empresa e da equipe técnica, documentação de habilitação jurídica e regularidade fiscal, juntamente com os atestados e certificados de qualificação técnica e profissional, bem como proposta de preço apresentada, de sorte que possa ser avalizada pelo setor de competente, consoante mercado especializado.

• Documentação comprovando que a empresa preenche os requisitos de habilitação e qualificação necessária à contratação, nos termos do artigo 72, inciso V da Lei Federal 14.133/2021.

Irecê - BA, 03 de janeiro de 2025.

Elivan Nunes dos Santos
Diretor Administrativo

Exmo. Sr.
Júlio Souza Santos
Presidente da Câmara Municipal
NESTA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Processo Administrativo nº 005/2025.

2. Descrição da necessidade

Constitui objeto do presente estudo, a prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro.

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Câmara Municipal, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

3. Área requisitante

Procuradoria Jurídica.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de empresa especializada, para a prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro, em conformidade com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pautada na melhor técnica e conhecimento da área.

A contratação descrita, que mesmo com o continuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda especifica, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

A prestação de serviços será mediante demanda, de acordo com a necessidade da unidade requisitante.

Os serviços a serem desenvolvidos pela empresa contratada versam sobre assessoria e consultoria técnica especializada, nos termos da proposta, de evidente complexidade técnica.

Obriga-se a contratada a executar rigorosamente e cumprir tempestivamente os serviços e as disposições do presente CONTRATO, obrigando-se especificamente a:

Responsabilizar-se ética e civilmente pelos trabalhos prestados;

Compromete-se a prestar os seus serviços em local pré-determinado pela contratante, cujo horário será pactuado entre às partes;

Obriga-se a contratada o perfeito, fiel e integral cumprimento dos termos do presente contrato, respondendo pelos danos e prejuízos que venha a causar à contratante;

Refazer, sem ônus adicionais para a contratante, os serviços que comprovadamente sejam julgados inadequados ou incorretos pela fiscalização;

Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

Inegavelmente se está diante de serviços de natureza singular, e de cristalina relevância à Câmara Municipal, a permitir a inexigibilidade de sua contratação.

5. Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do serviço

O quantitativo e a respectiva unidade atribuída, fundamentais ao dimensionamento da pretensa contratação em função da utilização provável, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente; a fim de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou mesmo a necessidade de se realizar novo certame, com consequente perda de economia de escala.

6. Levantamento de Mercado

Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consultas aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Câmara Municipal e as identificadas, quando possível

e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Câmara Municipal, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

7. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Câmara Municipal, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: Serviços especializados. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes e observadas as características do objeto contratado, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.

8. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação é de **R$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto será parcelado mensalmente pelo prazo de 12 meses.

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contração tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Câmara Municipal serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será dividido em meses.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Câmara Municipal, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não poderá incidir outra possibilidade de parcelamento, quer seja no modo formal, não permitindo a impraticável cotação de quantidade inferior à demandada no procedimento para o respectivo item; quer seja na

forma material, não sendo possível a execução em consórcio ou ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação em tela estava prevista no cronograma de licitações 2025 da Câmara Municipal, tendo em vista a necessidade de assessoria especializada na área especificada; Pesquisa de mercado; definição da melhor solução e na sequência o planejamento da contratação da empresa especializada.

12. Resultados Pretendidos

A Câmara Municipal almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente aos serviços requeridos.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Câmara Municipal, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em análise, da forma como se apresenta, consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Câmara Municipal.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade

será fiscalizada pela Câmara Municipal, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

13. Possíveis Impactos Ambientais

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Câmara Municipal em decorrência da execução do objeto da contratação.

14. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

14.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista a disponibilidade deste objeto/solução no mercado e que é necessária para o fiel cumprimento da legislação vigente quanto à contratação e gestão de empregados no âmbito da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro, tem-se que essa contratação é plenamente viável.

15. Análise de risco

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende se que as ações, de iniciativa da Câmara Municipal, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais à contratação do presente serviço deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

16. Conclusão

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Câmara Municipal, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Mulungu do Morro - Bahia, 03 de janeiro de 2025.

Elivan Nunes dos Santos
Diretor Administrativo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1 Constitui objeto do presente termo, a prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

2.1. A Constituição da República Federativa do Brasil, precisamente no seu art. 37, XXI, determina, como regra, que todo contrato público deve ser precedido de procedimento licitatório, para que, a partir da pluralidade de propostas, a Câmara Municipal empreenda a contratação que seja mais favorável à satisfação do interesse público.
2.2. Entretanto, a própria Carta Maior permite que a lei aponte situações excepcionais em que a Câmara Municipal poderá efetuar contratação direta, dispositivos que foram regulamentados por normas específicas ao disciplinar o instituto jurídico da inexigibilidade de licitação, em especial.
2.3. Dito isso, conforme expressamente previsto no art. 74, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

> art. 74 (...)
> III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
> (...)

2.4. Um serviço intelectual, técnico-profissional e especializado, em regra, não será igual a outro. Nem o mesmo autor consegue produzir a mesma informação do mesmo modo. Logo, esses serviços não podem ser comparados e selecionados por meio de um critério objetivo. É a natureza, a qualidade, a complexidade e a diferenciação do serviço que o individualizam a tal ponto de tornar inviável sua comparação com outros que eventualmente existam no mercado.
2.5. Nas palavras do ilustre professor Ronny Charles: "Quando a lei prevê hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que nem sempre a realização do certame levará à melhor forma de contratação pela Câmara Municipal ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto não serve eficaz ao atendimento do interesse público naquela hipótese específica."
2.6. Nesse mesmo sentido, o nobre doutrinador Adilson Abreu Dallari destaca que: "Nem sempre, é verdade, a licitação leva uma contratação mais vantajosa. Não pode ocorrer, em virtude da realização do procedimento licitatório, é o sacrifício de outros valores e princípios consagrados pela ordem jurídica, especialmente o princípio da eficiência."
2.7. No presente caso, a inexigibilidade de licitação torna-se mais viável ao procedimento licitatório, porém deve ser pormenorizada em um procedimento formal, não sendo afastado nenhuma das premissas básicas de um procedimento licitatório, como a busca pelo melhor atendimento à finalidade pública e respeito a princípios

basilares como a impessoalidade, moralidade, publicidade dentre outros;
2.8. A contratação, via inexigibilidade de licitação, em razão da inviabilidade de competição para a contratação de serviço técnico especializado e de natureza predominantemente intelectual de empresa especializada com notória especialização à realização do processo licitatório, além de tornar mais célere e eficiente a contratação, que visa à consecução do interesse público.
2.9. Ainda, a modalidade de contratação é definida pela impossibilidade de adoção de critérios objetivos, a serem definidos num processo licitatório, posto que os serviços a serem prestados possuem natureza intelectual, sendo que a contratada possui traços próprios e únicos para a execução desse serviço.
2.10. Ademais, ressalta-se a ausência servidores nesta autarquia com expertise para execução desse objeto. Tornando-se, portanto, necessária e legal a contratação em voga.
2.11. Diante disso, ***verifica-se que as características técnicas da empresa JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA , preenche esses requisitos.***
2.12. A empresa supracitada já presta serviços a entes públicos engajados na matéria do objeto em questão.

3. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO E A INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO (INEXIGIBILIDADE)

3.1 Em face das características da demanda, verifica-se que os serviços motivam a inexigibilidade de licitação em razão do objeto, e faz-se necessário a existência de requisitos fundamentais e peculiares, que vão além da inviabilidade de competição, tal qual: a notória especialização do contratado, que torna inviável a competição e a existência de procedimento formal.
3.2. A notória especialização está atrelada a singularidade subjetiva, ou seja, vinculada à seleção do profissional a que será contratado. A Nova Lei nº 14.133/2021, no art. 6º, XIX, reproduz o conceito de notória especialização com o mesmo texto expresso na Lei nº 8.666/93: "Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...] XIX - notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato".
O objeto complexo exige que somente pessoas de alta qualificação sejam escolhidas pela Câmara Municipal, e que sejam evitados profissionais não qualificados para a execução desses serviços. Os dispositivos legais exigem o cumprimento do requisito de notória especialização.

Assim entende Justen Filho (2019, p.617):

> A especialização consiste na titularidade objetiva de requisitos que distinguem o sujeito, **atribuindo-lhe maior habilitação do que a normalmente existente no âmbito dos profissionais que exercem a atividade. Isso se traduz na existência de elementos objetivos ou formais, tais como a conclusão de cursos e a titulação no âmbito de pós-graduação, a**

> **participação em organismos voltados à atividade especializada**, o desenvolvimento frutífero e exitoso de serviços semelhantes em outras oportunidades, a autoria de obras técnicas, o exercício de magistério superior, a premiação em concursos ou a obtenção de láureas, a organização de equipe técnica e assim por diante. Não há como circunscrever exaustivamente as evidências da capacitação objetiva do contratado para prestar o serviço. O tema dependerá do tipo e das peculiaridades do serviço técnico-científico, assim como da profissão exercida. O que não se dispensa é a evidência objetiva da especialização e qualificação do escolhido.
> (grifos nosso)

Conceitua, assim, Joel de Menezes Niebuhr (2015, p.172):

> A expressão **notória especialização costuma ser interpretada de molde a exigir alguém bastante conhecido em seu meio, afamado, que goze, como o próprio nome indica**, de notoriedade. (grifos nosso)

No que diz respeito a RAZÃO DA ESCOLHA DO PRESTADOR, em atendimento ao que preconiza o artigo 72, VI da Lei 14.133/2021, justifica-se por se tratar de empresa na área do objeto de pretensão contratual, que comprova a notória especialização e que preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária à contratação;
Ainda, trata-se de empresa conceituada no ramo de atuação em virtude das características na forma de atuação em outros entes públicos.
Merece destaque, ainda, a confiança depositada pelo contratante no seu contratado, característica subjetiva da relação e da profissão. De tão relevante, ela sozinha pode justificar a inexigibilidade do dever de licitar ou, no mínimo, deve ser admitida a sua relevância em conjunto com os outros requisitos definidos em lei.
Nesse sentido, o Enunciado 39/2011 da Súmula do Tribunal de Contas da União admite a utilização da confiança como parte característica à contratação de serviços técnicos profissionais especializados, mas, com a condição do cumprimento dos requisitos legais:

> **SÚMULA TCU 39** - A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios

> objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993. (sem grifo no original).

Então, a utilização da relação de confiança, dentre outros, é atributo subjetivo de notória especialização que **legitima a contratação da empresa *JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA*** Assim, este Município confia ao contratado a **satisfação** integral do serviço, já que com **a sua notória especialização justifica a sua escolha por se tratar de empresa na área do objeto da pretensão contratual, em atendimento ao que preconiza o artigo 72, VI, da Lei 14.133/21**.

4. JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Em atendimento ao determinado no artigo 72, VII, da Lei 14.133/21, para elaboração do custo, deverá ser apresentado valores praticados no mercado, através de contratações com objetos similares.
À vista disso, a empresa apresentou documentos onde notadamente comprovam que os serviços e o objeto são similares ao valor proposto, corroborando o valor estimado.
Sendo assim, declara-se que o preço praticado para a presente contratação é compatível com o mercado, portanto, considerado justo por esta Câmara Municipal.

5. DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

A modalidade do serviço será realizado por profissional especialista e com experiência na área do objeto.
Os serviços contratados, além da execução de trabalhos técnicos e profissionais específicos, compreendem, a disponibilização de serviços especializados na modalidade de assessoria e consultoria no Setor Público, visando o aprimoramento e o desenvolvimento operacional das ações governamentais, com vistas ao atingimento de metas de eficiência, eficácia e qualidade nas atividades institucionais do Órgão, bem como do atendimento das exigências e obrigações constantes da legislação governamental vigente.
Inegavelmente se está diante de serviços de natureza singular, e de cristalina relevância à Câmara Municipal, a permitir a inexigibilidade de sua contratação.

6 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Previamente à celebração do contrato, a Câmara Municipal verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

> a) SICAF;
> b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
> c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa prestadora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O prestador será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF ou documentos por ele abrangidos.

É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Câmara Municipal, a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Para fins de contratação, a empresa deverá atender aos seguintes requisitos de habilitação:

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

Habilitações fiscal, social e trabalhista:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452,

de 1º de maio de 1943.
Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada pelo escritório de advocacia, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;
Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;
Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;
Aplicar à Contratada as penalidades cabíveis.

9. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

O objeto desta contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da contratação, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente ou outra data a ser acordada pelas partes.
A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, as partes do objeto da contratação em que se

verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Câmara Municipal ou a terceiros em razão da execução da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto desta contratação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Câmara Municipal a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto desta contratação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
As comunicações entre a câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
A câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da contratada junto ao SICAF.
A câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro designa a senhora Núbia Maciel da Silva Marques como fiscal deste contrato para acompanhamento de sua execução.

10. DO PAGAMENTO

O valor total da contratação é no montante de **R$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais), que serão pagos em 12 parcelas de R$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais),** conforme proposta comercial.
No valor acima, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de câmara Municipal, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.
Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM – FGV de correção monetária.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Câmara

Municipal ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave
iv) Multa:
(1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Câmara Municipal a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º Lei n. 14.133)
11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º Lei n. 14.133).
11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 Lei n. 14.133)
11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º Lei n. 14.133).
11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de

impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º Lei n. 14.133):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Câmara Municipal que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de câmara Municipal, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n. 14.133).
11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161da Lei n. 14.133).
11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do ajuste, fica fixado o foro de Mulungu do Morro, Estado da Bahia.

Mulungu do Morro, 03 de janeiro de 2025.

Elivan Nunes dos Santos
Diretor Administrativo

Jaiane Alencar
ADVOCACIA

Á Câmara Municipal de Vereadores de Mulungú do Morro – BA.

Ao Gabinete da Presidência.

At.: Sr. Presidente Júlio Souza Santos.

Prezado Senhor,

Antecipadamente, expressamos nossa satisfação pela oportunidade desta proposta de prestação de serviços profissionais :onsultoria para a JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, conforme trabalho descrito a seguir:

Entendemos que com a nova Lei de Licitações e Contratos á 14.133 venha novas regras uma delas são os fiscais de contratos para isso a Lei especificar um novo assessoramento para esse fiscal, de acordo com o Art. 117, caput, da Lei 14.133, é possíve a contratação de um terceiro para assistir e subsidiar o FISCAL DE CONTRATO.

Venho apresenta minha proposta com o objeto de ASSESSORAMENTO E INSTRUÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO, e ACOMPANHAMENTO DAS QUESTÃO VOLTA PARA PREVIDENCIA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, como ta previsto no Artigo acima citado, visando assim o melhor para essa entidade pública e para o gestor orientando soluções mais adequadas e eficientes.

VALOR DA PROSPOSTA:

Serviço terá valor Global de 102.000,00 (cento e dois mil reais), sendo divido em 12 (doze) parcelas mensalmente de 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) durante o ano vigente.

Desde já quero aqui expressar meus singelos votos de estima e consideração.

:iosamente,

Mulungú do Morro (BA), 07 de janeiro de 2025

Jaiane Alencar Santos

JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 46.248.172/0001-80
Jaiane Alencar Santos
OAB/BA- 54986

(71) 99163-1149

Rua Felizberto Porto, 02-A, Centro.
Mulungu do Morro/ BA

www.jaianealencaradv.com.br

Documento Assinado Digitalmente por: DEUSDETE FERREIRA DE SOUZA - 27/02/2023 21:44:54
Acesse em: https://etc.tcm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 139a8ccc-d838-4e42-b509-27426d216fd7

CONTRATO 09/2023

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de advocacia, assessoria e consultoria jurídica, voltado a presidência desta casa legislativa durante o exercício de 2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 02/2023

A CÂMARA MUNICIPAL DE UAUÁ, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com endereço e número de CNPJ indicados no rodapé, neste ato representado por seu Presidente **DEUSDETE FERREIRA DE SOUZA**, portador da cédula de identidade nº 06.827.818-78 SSP/BA e CPF nº 676.566.845-49, com endereço na Rua Belarmino Peixinho 27, Centro – Uauá-BA, CEP. 48.950-000, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa **JERONIMO MESQUITA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ: 26.823.783/0001-05**, com endereço na Avenida Tancredo Neves, nº 620, Edif. Mundo Plaza, Sala 1114 a 1115, Caminho das Arvores, CEP: 41.820-020, Salvador-Ba, representada neste ato por JERONIMO LUIZ PLACIDO DE MESQUITA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/BA nº 20.541, CPF/MF 794.941.375-15, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente contrato nº 09/2023, decorrente da homologação em despacho datado de 04.01.2023, e oriundo do Processo Administrativo 09/2023, INEXIGIBILIDADE nº 02/2023, doravante denominada apenas CONTRATADO, resolvem de comum acordo celebrar o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE UAUÁ

Documento Assinado Digitalmente por: DEUSDETE FERREIRA DE SOUZA - 27/02/2023 21:44:54
Acesse em: https://etc.tcm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 139a8ccc-d838-4e42-b509-27426d216fd7

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço de Assessoria Jurídica e Legislativa para esta Câmara Municipal de Uauá, compreendendo: Consultoria jurídica relacionada à licitações e Contratos, com emissão de parecer; Acompanhamento e elaboração de defesas e recursos administrativos e eventualmente judiciais em face de procedimentos que envolvam a Câmara Municipal de Uauá relativos à fiscalização dos Tribunais de Contas dos Municípios; Acompanhamento e, caso necessário, intervenção, nos processos judiciais e administrativos que sejam do interesse da Câmara Municipal de Uauá; Propositura de demanda judiciais ou administrativas de interesse da Câmara Municipal de Uauá, bem como seu acompanhamento; Elaboração de recursos judiciais das sentenças e decisões interlocutórias desfavoráveis aos interesses a Câmara Municipal de Uauá, bem como o respectivo e consequente acompanhamento no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e Tribunais Superiores, caso necessário; Assistir o Presidente e Vereadores em assuntos jurídicos relacionados às atividades parlamentares; Emitir pareceres sobre questões jurídicas e legais; Assessoramento em processos administrativos e inquéritos de quaisquer naturezas no âmbito do Poder Legislativo Municipal; e Prestar consultoria jurídica ao Presidente, a Mesa Diretora, as Comissões, os servidores do Legislativo no desempenho das atividades do Poder Legislativo Municipal, de acordo com as especificações constantes do Procedimento Administrativo de inexigibilidade de licitação e seus anexos, e proposta do Contratado, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº 8.666/93, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

2. O presente contrato terá vigência da sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogado se houver interesse de ambas as partes e por prazo estabelecido pela Administração, tudo em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93, no que se refere à duração e prorrogação de prazo, e que possa ser aplicado ao presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE EXECUÇÃO

Praça São João Batista, 09, Centro, CEP: 48.950-000, Uauá – Bahia
E-mail: cmuaua@hotmail.com
CNPJ – 04.225.993/0001-50

Documento Assinado Digitalmente por: DEUSDETE FERREIRA DE SOUZA - 27/02/2023 21:44:54
Acesse em: https://etcm.tce.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 139af8cc-d038-4e42-b509-2742b6236fd7

3. O CONTRATO deve ser executado de acordo com as condições avençadas, sendo o objeto fornecido mediante a execução dos serviços constantes no item 1.1, limitando-se aos itens e quantidades constantes no Termo de Referência e ao limite de preço desse contrato, observando-se, especialmente a Lei Federal 8.666/93, com suas posteriores modificações.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor global do presente contrato é de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), sendo pago em 12 (doze) parcelas de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

5. O pagamento será efetuado pela Contratante, conforme fornecimento, através de crédito em conta corrente ou cheque nominal, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e depois de atestada pelo Contratante o recebimento do objeto contratado.

5.1 Os pagamentos serão efetuados conforme disponibilidade financeira da Câmara, após a protocolização da Nota Fiscal/Fatura que deverá ser atestada pelo fiscalizador competente, liquidada pela Contabilidade e seja encaminhada à Tesouraria. Na data da apresentação da fatura o contratado deverá estar de posse, em plena vigência, da certidão negativa de débito com a seguridade social (CND), da CNDT e da certidão de regularidade com o FGTS, além das certidões de regularidade com os tributos municipal, estadual e federal, sob pena de não pagamento.

5.2 Havendo erro na fatura/nota fiscal ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a CONTRATADA adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de apresentação da fatura/nota fiscal, devidamente corrigida;

5.3 A devolução da fatura/nota fiscal não aprovada pelo CONTRATANTE, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o fornecimento do objeto deste contrato.

5.4 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

5.5 Os pagamentos decorrentes deste contrato serão quitados, mediante emissão de cheque nominal à empresa ou por transferência bancária.

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE UAUÁ

Documento Assinado Digitalmente por: DEUSDETE FERREIRA DE SOUZA - 27/02/2023 21:44:54
Acesse em: https://etcm.tce.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 139af8cc-d038-4e42-b509-2742b6236fd7

5.6 No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tal, fica convencionado que o preço ajustado será financeiramente atualizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE, no período compreendido entre a data de vencimento da fatura e a de seu efetivo pagamento, pro rata die.

5.7 O CONTRATADO poderá, a seu critério, suspender todos e quaisquer serviços contratados após o 90 (noventa) dias da data do vencimento da parcela não paga.

5.8 O pagamento efetuado não isenta a contratada da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação.

5.9 Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada.

5.10 O descumprimento do subitem 5.1 deste contrato poderá acarretar a rescisão do contrato, por inadimplemento de obrigação contratual, sem qualquer direito à indenização.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta das dotações orçamentárias codificadas:

Unidade/Órgão: 01.01 – Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção dos Serviços da Câmara

Elemento de despesa: 3.3.90.35.00– Serviços de Consultoria

Fonte (s): 500 – Recurso Ordinário

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Diretora Geral, sendo considerado(a) o(a) gestor(a) do contrato, podendo sempre haver a utilização de outros servidores para eficiência da fiscalização.

7.1. Independente da fiscalização de outros servidores especificamente designados, caberá ao gestor do contrato.

Praça São João Batista, 09, Centro, CEP: 48.950-000, Uauá – Bahia
E-mail: cmuaua@hotmail.com
CNPJ – 04.225.993/0001-50

Documento Assinado Digitalmente por: DEUSDETE FERREIRA DE SOUZA - 27/02/2023 21:44:54
Acesse em: https://e.tcm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 139af8cc-df38-4e42-b509-2742b6236fd7

a) Inteirar-se do conteúdo do contrato, principalmente em relação às obrigações e deveres das partes;

b) Verificar se o objeto do contrato está sendo executado em conformidade com o contrato;

c) Sugerir a autoridade competente, se não o for por si mesma, a aplicação de penalidades;

d) Comunicar a autoridade superior as situações e providências que excedam a sua alçada;

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

8.1. DOS DIREITOS:

8.1.1 Do CONTRATANTE: Receber e exigir o objeto deste contrato nas condições acordadas;

8.1.2 Do CONTRATADO: Perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados;

8.2 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.2.1 Disponibilizar os serviços descrito nesse contrato nos prazos, condições estabelecidas pela Câmara, no local e tempo requeridos, mediante requisições do preposto autorizado, assegurando a boa qualidade dos serviços;

8.2.2 Prestar esclarecimentos ao contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam e repercutam na execução do contrato, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços;

8.2.3 Não transferir a outrem a execução do objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiro sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**.

8.2.4 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, XIII, da Lei 8.666/93.

8.2.5 Atuar com espírito cooperativista, atendendo o interesse público, dentro do critério de conveniência e oportunidade da Câmara.

8.2.6 Agir com responsabilidade social.

8.2.7 Comunicar à **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira na boa execução do objeto do contrato;

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE UAUÁ

Documento Assinado Digitalmente por: DEUSDETE FERREIRA DE SOUZA - 27/02/2023 21:44:54
Acesse em: https://e.tcm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 139af8cc-df38-4e42-b509-2742b6236fd7

8.2.8 Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei 8.666/93;

8.2.9 Fornecer o objeto contratado imediatamente após solicitado pela Contratante, bem como substituí-los quando atestados pela contratante que são ou estão impróprios ao serviço.

8.2.10 As providências e despesas relativas ao pagamento de qualquer tributo que incida ou venha a incidir sobre contrato serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

8.2.11 Assumir inteira responsabilidade Civil e Administrativa por danos e prejuízos causados por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste edital;

8.2.12 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas nesse contrato;

8.2.13 Não utilizar o contrato, como garantia de qualquer operação financeira, a exemplo de empréstimos bancários ou descontos de duplicatas.

8.2.14 Ficarão a cargo da **CONTRATADA**, todas as despesas e custos decorrentes da execução do contrato, bem como dos tributos, obrigações trabalhistas e sociais, seguros e todos os demais custos diretos e indiretos, necessários à execução do objeto desse contrato.

8.3 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.3.1. Efetuar nos prazos indicados, os pagamentos devidos à **CONTRATADA**;

8.3.2. Não criar embaraços à execução do objeto pelo contratado;

8.3.3. Designar prepostos para fiscalizar, apontar falhas e atestar o recebimento do objeto;

8.3.4 Verificar e aceitar as faturas emitidas pela **CONTRATADA**, recusando-as quando inexatas e incorretas, ficando, nestes casos, o prazo suspenso, que somente voltará a fluir após a apresentação das novas faturas corretas;

8.3.5 Notificar por escrito, à **CONTRATADA**, quando da aplicação de penalidades previstas no Contrato;

8.3.6 Declarar os serviços efetivamente recebidos.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Praça São João Batista, 09, Centro, CEP: 48.950-000, Uauá – Bahia
E-mail: cmuaua@hotmail.com
CNPJ – 04.225.993/0001-50

Documento Assinado Digitalmente por: DEUSDETE FERREIRA DE SOUZA - 27/02/2023 21:44:54
Acesse em: https://etm.tce.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 139af8cc-4f38-4e42-b509-2742b6236fd7

9. O descumprimento parcial ou total de qualquer das cláusulas deste contrato, sem justificativas aceita pelo órgão, sujeitará o contratado às seguintes sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou não manutenção da proposta, dentro do prazo estabelecido no edital;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10. O contrato será rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da lei 8.666/93

10.1. Nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, a administração poderá rescindir unilateralmente o contrato administrativo.

10.2. Ocorrendo a rescisão nos termos do item 10.1, sem prejuízo de outras sanções dispostas neste contrato e na lei, a administração, por ato próprio, poderá adotar as seguintes consequências:

a) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;

b) Ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato;

10.3. Nas hipóteses de rescisão prevista nos itens anteriores não cabe a **CONTRATADA** direito a qualquer indenização.

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE UAUÁ

Documento Assinado Digitalmente por: DEUSDETE FERREIRA DE SOUZA - 27/02/2023 21:44:54
Acesse em: https://etm.tce.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 139af8cc-4f38-4e42-b509-2742b6236fd7

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO JURÍDICO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11. O **CONTRATO** ora celebrado está submetido às regras com base no Art. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, bem como fica o contrato vinculado ao termo que a dispensou a licitação.

11.1 A execução do contrato é regida pela Lei nº 8.666/93, e seus regulamentos, pela Lei nº 9.784/99, e, subsidiariamente, pelo Código Civil, sempre observando-se a prevalência do interesse público na aplicação da legislação subsidiária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REAJUSTE

12. Os preços são fixos e irreajustáveis durante o prazo de vigência do contrato, somente podendo sofrer alterações nas hipóteses do art. 65 da Lei n. 8.666/93;

12.1 A revisão de preços, dependerá de requerimento da contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria Administração, quando colimar recompor preço que se tornou excessivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DO OBJETO

13. O fornecimento do objeto do presente contrato será realizado em conformidade com as solicitações emitidas pela Câmara Municipal.

§1°– Poderá haver acréscimo ou supressão no objeto do contrato, que se fizerem necessários até o limite máximo de 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, que a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, conforme estabelecido no art. 65, §1° da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, sendo que no caso específico de supressão, por acordo entre as partes, poderá exceder a esse limite, conforme dispõe o §2°, inciso II do mesmo artigo.

§2°– As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Praça São João Batista, 09, Centro, CEP: 48.950-000, Uauá – Bahia
E-mail: cmuaua@hotmail.com
CNPJ – 04.225.993/0001-50

Documento Assinado Digitalmente por: DEUSDETE FERREIRA DE SOUZA - 27/02/2023 21:44:54
Acesse em: https://etcm.ba.gov.br/cpp/validaDoc.seam Código do documento: 139a8bce-df38-4e42-b509-27426b6236d7

14. Não obstante qualquer disposição em contrário neste Contrato, a responsabilidade do **CONTRATADO**, seja por interrupção dos serviços, seja por perdas ou danos de qualquer natureza, causados ao **CONTRATANTE**, limitar-se-á exclusivamente ao dano sofrido pela CONTRATANTE, se apurada culpa, em sentido amplo, do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

15. As partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações sob este Contrato em decorrência de casos fortuitos, salvo fortuito interno; ou eventos de força maior que impeçam, temporária ou definitivamente, o cumprimento de quaisquer dessas obrigações, conforme disposto do Código Civil Brasileiro.

15.1 A parte que pretender se valer da exoneração prevista nesta Cláusula deverá informar a outra, de imediato e por escrito, da ocorrência do caso fortuito ou evento de força maior, informando também o prazo estimado de duração do referido evento, bem como comprovando a sua ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CESSÃO DO CRÉDITO DO CONTRATO

16. Fica o CONTRATADO autorizado a fazer a cessão de crédito, objeto do preço deste contrato, para terceiro, na forma que lhe aprouver, respeitadas as obrigações por ele assumidas no presente contrato, devendo o cessionário atender as condições para pagamento, em especial do constante no item 5.6 desse contrato, fazendo de tudo prova.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

17. A tolerância, por qualquer das partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, representará mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos, que poderão ser exercidos pela parte que se sentir prejudicada, a qualquer tempo.

17.1 As partes obrigam-se a observar e respeitar todas as disposições contratuais e legais pertinentes a este contrato.

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE UAUÁ

Documento Assinado Digitalmente por: DEUSDETE FERREIRA DE SOUZA - 27/02/2023 21:44:54
Acesse em: https://etcm.ba.gov.br/cpp/validaDoc.seam Código do documento: 139a8bce-df38-4e42-b509-27426b6236d7

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18. Fica eleito o Foro da Comarca de Uauá, Bahia para dirimir quaisquer controvérsias ou dúvidas originadas pelo presente instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Uauá – BA, 04 de janeiro de 2023

DEUSDETE FERREIRA DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Uauá/BA
CONTRATANTE

JERONIMO LUIZ PLACIDO DE MESQUITA
Assinado de forma digital por JERONIMO LUIZ PLACIDO DE MESQUITA

JERONIMO MESQUITA SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ: 26.823.783/0001-05
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Claudia Manuela da Silva Pereira
Nome:
CPF: 024-501485-31

Raquel Souza Café Silva
Nome:
CPF: 859.049.235-46

Praça São João Batista, 09, Centro, CEP: 48.950-000, Uauá – Bahia
E-mail: cmuaua@hotmail.com
CNPJ – 04.225.993/0001-50

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2025

Art. 74, da Lei Federal n° 14.133/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO E-SOCIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE CAMACÃ E METHA CONSULTORIA E ASSESSORIA MUNICIPAL.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMACÃ**, com sede à Av. Dr. João Vargens, 76, Centro, Camacã - Bahia, CNPJ nº 16.421.612/0001-98 neste ato representado por seu Presidente, **OSVALDO RIBEIRO DOS SANTOS FILHO,** brasileiro, inscrito no CPF - sob o n° 498.272.275-72, doravante denominada **CONTRATANTE** e **METHA CONSULTORIA E ASSESSORIA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito privado, situada na Praça Moisés Felix dos Santos, nº 170 - SALA 03, Centro – Cândido Sales, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob nº 06.348.838/0001-57, doravante denominada **CONTRATADA**, os quais subscrevem o presente, resolvem de comum acordo e observando as normas da Lei Federal n° 14.133/2021, firmar o presente contrato, que será regido pelas cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços de consultoria e assessoria previdenciária no gerenciamento do cumprimento da obrigação de conferência e envio das diversas informações ao e-social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela prestação de serviços especificados acima o valor global de R$ 99.300,00 (noventa e nove mil e trezentos reais) em 12 parcelas mensais no valor de R$ 8.275,00 (oito mil, duzentos e setenta e cinco reais).

Parágrafo primeiro - O pagamento será efetuado em conta corrente em nome da pessoa jurídica deste contrato pelo meio utilizado pela Câmara Municipal, assim que os serviços contratados forem entregues pela CONTRATADA e mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal Eletrônica.
§ 1º - Os valores globais acima mencionados, não sofrerão qualquer reajustamento ou correção na vigência deste contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA deverá apresentar além da Nota Fiscal acima referida, para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DE VEREADORES DE CAMACÃ
CNPJ 16.421.612/0001-98

I – Certidão de Regularidade com o FGTS;

II – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedidas pela Justiça do Trabalho.

III – Prova da regularidade com a Fazenda do Estado ou do Distrito Federal;

IV – Certidão conjunta negativa de débitos de tributos federais expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (unificada em 03/11/2014, conforme Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014 e Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014).

Parágrafo terceiro. Pelos serviços enumerados nos itens acima, esclarece-se que as despesas serão computadas da seguinte forma: 60% dos serviços serão computados em pessoal e 40% serão computados em insumos, no intuito de não ser contabilizado todo o valor dentro do limite estipulado no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta do seguinte Elemento Orçamentário:

0101 – Câmara Municipal
2003 – Gerenciamento das Atividades do Legislativo

3390.35.00.00 – Serviços de Consultoria
3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

A duração do presente contrato ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ou seja, de 10 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025 deste fluente ano, conforme previsão legal do artigo 105 "caput", da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na execução dos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme disposto no artigo 124, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Av. Dr. João Vargens, 76, centro - fone: (73) 3283-1265.
Email: camaramunicipaldecamaca@outlook.com
Camacã - Bahia

Fica dispensada a prestação de garantia contratual, prevista no artigo 96, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO:

A CONTRATANTE, através da pessoa Fiscal de Contratos – Marta Barbosa Santos, devidamente nomeada para esse fim, sem exclusão da responsabilidade da CONTRATADA, fiscalizará a fiel execução do presente contrato, em todas as suas fases, até a prestação de serviços ser concluída, com os poderes, as atribuições e as responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL:

A inexecução total ou parcial deste Contrato pela CONTRATADA, sem prejuízo de sua responsabilidade civil e criminal, ensejará a sua rescisão.

Parágrafo primeiro - A rescisão contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa, poderá ocorrer nos seguintes casos:

§ 1º - Unilateralmente, por ato escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos parágrafos I e II do artigo 124, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º - Amigavelmente por acordo entre as partes, mediante autorização fundamentada da autoridade competente, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

§ 3º - Judicialmente, nos termos da legislação em vigor.

§ 4º - Incorrendo culpa da CONTRATADA, em caso de rescisão com base nos artigos 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, será aquela ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

Parágrafo primeiro: O descumprimento, pela CONTRATADA, de quaisquer das cláusulas e/ou condições estabelecidas no presente instrumento ensejará a aplicação, pela CONTRATANTE, das sanções constantes no artigo 155 e 156 da Lei 14.133/2021, a saber:

I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO:

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DE VEREADORES DE CAMACÃ
CNPJ 16.421.612/0001-98

A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos da CONTRATANTE, previstos no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos casos de rescisão administrativa prevista no artigo 138, da citada Lei, em face do regime jurídico deste instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO:

Vincula-se este contrato ao Processo Administrativo nº 06/2025 – Inexigibilidade de Licitação nº 06/2025, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REGÊNCIA:

O contrato ora celebrado está submetido às regras dispostas no Título III da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e os casos omissos serão regulamentados pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito público pela legislação específica, especialmente as do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

O extrato do presente contrato será publicado Imprensa Oficial do Município e no PNCP, conforme prescreve o parágrafo único do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Camacã/BA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente contrato, desde que não resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais desejados.

Camacã/BA, 10 de janeiro de 2025.

Av. Dr. João Vargens, 76, centro - fone: (73) 3283-1265.
Email: camaramunicipaldecamaca@outlook.com
Camacã - Bahia

Osvaldo Ribeiro Dos Santos Filho
Câmara Municipal de Vereadores de Camacã/BA
Contratante
Presidente

METHA CONSULTORIA E ASSESSORIA MUNICIPAL
Contratado

1ª Testemunha

CPF N°

2ª Testemunha

CPF N°

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº 005/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, CELEBRADO ENTRE CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPÉU E A LIDERANÇA ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPÉU**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n.º 63.111.215/0001-08, com sede na Av. Senhor dos Passos, 299, Capelinha, CEP: 44.850-00, Morro do Chapéu/Ba, representado neste ato pelo Chefe do Poder Legislativo, Sr. ***Eloi Barbosa Falcão Filho,*** inscrito no CPF/MF sob o n. 035.628.035-75, residente nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE,** e a empresa **LIDERANÇA ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 14.718.770/0001-89, com sede na Rua JJ Seabra, 515, Centro, Riachao do Jacuipe/BA, representado neste ato por **Pablo Luciano Pereira de Almeida**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 000.885.885-30, doravante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 005/2025, e em observância às disposições da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 005/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a proposta de execução para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria tributária incluindo acompanhamento diário dos processos tributários, retenções de impostos em folha de pagamento, em notas de pj e contratos pf, acompanhamento de toda parte previdenciária deste poder legislativo, apoio técnico e elaboração do na efd-reinf e na dctfweb com envio de informações a receita federal e em todos processos que envolvam o ecac/rf, conforme consta da proposta da CONTRATADA, a qual passa a fazer parte integrante deste instrumento como se transcrita fosse.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/21.

2.2. O contrato de serviços contínuos poderá ser prorrogado sucessivamente, conforme disposto no art. 107, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA - ESPECIFICAÇÕES E DOCUMENTOS CONTRATUAIS

As especificações técnicas dos trabalhos a serem executados estão indicadas na proposta de serviços da CONTRATADA, datada de 02 de janeiro de 2025, que faz parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, e que a CONTRATADA se obriga a obedecer.

§ 1º - Na hipótese de manifesta divergência entre as disposições desses documentos e as deste Contrato, prevalecerão, sempre, as disposições contratuais, salvo quanto às especificações técnicas objeto de expressa indicação da CONTRATANTE.

§ 2º - Nenhuma modificação poderá ser introduzida nas especificações técnicas dos trabalhos ou em qualquer dos documentos anexos sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

§ 3º - A CONTRATANTE reserva a si o direito de, a qualquer tempo, introduzir modificações nas especificações técnicas, mediante procedimento. Respeitadas as disposições específicas deste Contrato, os eventuais acréscimos ou reduções de custos decorrentes dessas alterações serão objeto de prévio ajuste das partes, sendo igualmente necessária a instauração de processo administrativo.

§ 4º - Vinculam esta contratação, ainda, independentemente de transcrição:

1.4.1. A Autorização de Contratação Direta;

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DO CHAPÉU
CNPJ/MF: 63.111.215/0001-08

1.4.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1. Os serviços serão executados ordinariamente na sede da CONTRATADA, através da análise dos documentos, contatos telefônicos ou do atendimento pessoal em horário comercial. Serão programadas visitas, de acordo com a demanda, à sede da CONTRATANTE, buscando o atendimento das Leis e Normas que regem a Contabilidade Pública.

§ 1º - A CONTRATANTE deverá observar os critérios mínimos de realização dos serviços técnicos previstos pela CONTRATADA, estabelecidos na proposta de prestação de serviços (parte integrante deste contrato), sob pena de suspensão e/ou cancelamento do contrato, considerando que a não observação das orientações emitidas pela CONTRATADA, estará o CONTRATANTE colocando-se em alcance das implicações legais inerentes a gestão dos recursos públicos.

§ 2º - Toda e qualquer comunicação, ordem de serviço, reclamação, imposição de multas e intimações entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO deverá ser transmitida por escrito e devidamente registrada, devendo as correspondências encaminhadas pela CONTRATADA ser protocoladas, pois somente desta forma, produzirá efeitos.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

4.1. O valor global do presente contrato é de **R$ 114.000,00 (centro e quatorze mil reais)**, a ser pago da seguinte forma:

4.1.1. Pela execução dos serviços de assessoria e consultoria tributária objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R$ 9.500,00 em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas, totalizando o valor global de **R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais)**.

§ 1º - O valor mensal e os demais valores supracitados incluem todos os tributos incidentes, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à CONTRATADA qualquer outro pagamento, sejam quais forem os motivos invocados, notadamente em decorrência de serviços que tenham sido refeitos em face de erros cometidos pela mesma a qualquer título.

§ 2º - O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta da CONTRATADA, condicionado à apresentação de nota fiscal eletrônica e serviços definitivamente aceitos e recebidos pelo Município, através de seu responsável.

§ 3º - Na execução deste Contrato, as despesas relativas à pessoal representam um total de 60% (sessenta por cento) do valor Contratado, sendo os 40% (quarenta por cento) restantes relativos a gastos com insumos, impostos e diversos.

CLÁUSULA SEXTA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTE E REVISÃO

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/01/2025.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão/Unidade: 01 – CÂMARA MUNICIPAL
Projeto/Atividade: 2.002 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
Fonte: 1500 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

7.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
7.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
7.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além das obrigações previstas neste Contrato, por determinação legal, obriga-se a:

a) Responder financeiramente, inclusive, na via judicial, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos que possam causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função da execução do objeto deste Contrato.
b) Executar os serviços de acordo com as Especificações Técnicas, Proposta apresentada e demais elementos técnicos, obedecendo rigorosamente as Normas Técnicas, assim como as determinações da CONTRATANTE e a legislação pertinente;
c) Facilitar a ação da fiscalização na inspeção dos serviços, em qualquer dia ou horário normal de expediente, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;
d) Providenciar, às suas expensas, cópias de todos os documentos que venham a ser necessários para a execução dos serviços durante a vigência do Contrato;
e) Tomar as precauções necessárias para, durante o desenvolvimento dos serviços, permitir o livre acesso a prepostos indicados pelo CONTRATANTE às instalações;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste Contrato por determinação legal, obriga-se a:

a) Pagar as despesas inerentes ao Contrato no valor, condições e situações estipuladas na cláusula Quinta;
b) Disponibilizar toda a documentação afim de possibilitar à CONTRATADA a execução do objeto deste Contrato, especificamente no que diz respeito à execução orçamentária, financeira e contábil;
c) Formular consultas, em tempo hábil, sobre assuntos relativos ao objeto do Contrato, de forma clara, precisa e através de meios de comunicação eficazes, possibilitando a brevidade nas respostas.

Parágrafo Único – É obrigação comum o cumprimento dos prazos avençados neste instrumento.

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DO CHAPÉU
CNPJ/MF: 63.111.215/0001-08

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

10.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATANTE exercerá a fiscalização e acompanhamento dos serviços contratados através de preposto ou equipe especialmente designada para este fim: Erick de Jesus Bispo, inscrito no CPF/MF 081.834.485-77.

§ 1º - A fiscalização será exercida no exclusivo interesse da CONTRATANTE, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, sendo que, na sua ocorrência, não haverá implicar corresponsabilidade da CONTRATANTE.

§ 2º - À fiscalização compete:

a) Relatar em tempo hábil, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços;
b) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pelo CONTRATADO, através de correspondências protocoladas;
c) Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas;

d) Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado ou não específico e estipular prazo para a sua retificação;
e) Exigir do CONTRATADO o cumprimento integral deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OUTRAS DISPOSIÇÕES

a) A CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA, às suas custas, todos os documentos, servidores, equipamentos, programas e materiais necessários à execução dos serviços, no prazo solicitado;

b) A CONTRATANTE implementará as sugestões e determinações da CONTRATADA, no prazo indicado pela mesma;

c) A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas para a Inexigibilidade;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, os representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA, para que se produzam os efeitos legais.

Morro do Chapéu/Ba,09 de Janeiro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPÉU
Eloi Barbosa Falcão Filho – Presidente
CONTRATANTE

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DO CHAPÉU
CNPJ/MF: 63.111.215/0001-08

LIDERANÇA ASSESSORIA E CONTABIL LTDA.
Pablo Luciano Pereira de Almeida – Representante Legal
CONTRATADA

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - AUTORIDADE COMPETENTE

DEPACHO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO PARA CONTRATAÇÃO

A/C: Agente de contratação da Câmara Municipal

REFERÊNCIA: Prestação de serviços Jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro.

Em resposta ao ofício expedido pela autoridade requisitante, solicitando contratação supra, AUTORIZO ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO e encaminho aos Setores de Compras/Licitações para demais providências administrativas.

Reitero a necessidade de encaminhamento do processo para o setor contábil, visando à indicação dos recursos orçamentários que correrão a despesa e para o setor jurídico para emissão de parecer acerca do atendimento dos requisitos exigidos pela Lei Federal 14.133/2021.

Mulungu do Morro, 06 de janeiro de 2025

Julio Souza Santos

Presidente

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO-BA
Praça- Elza Maria de Jesus, nº 205- Centro- Mulungu do Morro- Telefax (74)3643-1380.
CNPJ- 00.843.764/0001-49.

Mulungu do Morro, 08 de janeiro de 2025.

Prezado Senhor,

Tendo em vista ao requerimento do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, sirvo-me do presente para determinar que o Setor de Compras e posteriormente o de Licitações adotem as providências administrativas para Abertura de Processo Administrativo objetivando a prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro, em favor da empresa: **JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA , no valor de R$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais),** conforme solicitação da unidade requisitante.

Sem mais para o momento, apresentamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Elivan Nunes dos Santos
Diretor Administrativo

A
Ilmos. Sra.
Núbia Maciel da Silva Marques - Agente de Contratação
Nesta

Ref. Inexigibilidade nº 005/2025
Objeto: Prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro.
Assunto: Justificativa de Preço
Nome da empresa: JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA , no valor de R$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais),

Prezado Senhor:

Trata-se de consulta determinada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que objetiva verificar a conformidade dos preços ofertados pela pretensa contratada para execução de serviços mediante Processo de Inexigibilidade.

Isso porque, por força do artigo 74, inc. III, "c" da Lei Federal 14.133/2021, o Processo de Inexigibilidade deve ser instruído, dentre outros documentos, com a competente justificativa de preço, tudo isso objetivando garantir maior economicidade e vantajosidade nas contratações públicas.

Em face disso, para análise e verificação do preço ofertado, constatamos que foram apresentados documentos do mesmo objeto desta contratação em outros municípios, todos como valores similares (de acordo com o porte), justificando assim o preço proposto a ser contratado, atendendo ao preceito do artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021, ou seja, procedemos a pesquisa de preços ofertados pela pretensa contratada junto a outros entes da Câmara Municipal.

Portanto, convém salientar que os preços ofertados para a execução dos serviços do objeto em questão estão em sintonia com os que são praticados no mercado, não ferindo o princípio da razoabilidade.

É o que nos cabe.

Mulungu do Morro, 08 de janeiro de 2025.

Núbia Maciel da Silva Marques
Agente de Contratação

Mulungu do Morro, 08 de janeiro de 2025

De: Agente de Contratação

Para: Setor de Contabilidade

Assunto: Informação Sobre compatibilidade de previsão de recursos orçamentários para a prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro.

Processo Administrativo: 005/2025.

Prezado Senhor,

Em estrita observância ao art. 72, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021 solicitamos do setor contábil a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, indicando os recursos orçamentários para à contratação em epígrafe.

Caso exista previsão favor indicar a fonte do recurso correspondente a reserva no valor de **R$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais)**.

Atenciosamente,

Sr. Núbia Maciel da Silva Marques
Agente de Contratação

PARECER CONTÁBIL

Mulungu do Morro, 08 de janeiro de 2025.

Do: Setor de Contabilidade
Para: Agente de Contratação
Assunto: Resposta ao Processo Administrativo nº 005/2025.

Senhor,

Em resposta à solicitação formulada por vossa senhoria, a respeito da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, informamos acerca da existência de dotação orçamentária para custear despesas relativas à prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro, tenho a informa-lhe que:

a) Existe previsão orçamentária para o valor da contratação e a mesma encontra-se reservada;

b) A Dotação orçamentária que correrá tal despesa é:

Unidade Orçamentária: 01.01.01 - Câmara Municipal. Atividade: 2.001 – Manutenção dos Serviços da Câmara. Elemento de despesa: 339035.00 – Consultoria e assessoria.

Atenciosamente,

Milton Damasceno Cirino
Contabilidade

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2025

DA JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE: Trata-se de serviço, onde a competição seria inviável, devido ao grau de confiabilidade necessário para prestação dos serviços. Foi inserida documentação suficiente para confirmação da notória especialização, como atestados de capacidades técnicas, certificados de graduação inerentes a área de atuação, bem como de cursos técnicos condizentes com o objeto da contratação, conforme o artigo 74, inc. III, "c" da Lei Federal 14.133/2021, justifica-se a contratação direta através de inexigibilidade de licitação, uma vez que não há obrigatoriedade de realização de certame licitatório.

DA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO: Em relação ao documento de formalização de demanda e a autorização da autoridade competente para abertura de processo de contratação objetivando a prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro, verifica-se as devidas formalizações encartadas nos autos do processo em epígrafe.

DA COMPATIBILIDADE DE PREVISÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Foi demonstrada, através de consulta ao setor contábil, a previsão de recursos orçamentários para custear as despesas com o objeto desta dispensa de licitação, bem como atestado a disponibilidade financeira.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA: Em análise aos presentes autos, observamos que o escritório contratado detém notória especialização no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, bem como outros requisitos relacionados com suas atividades, que permitiram atestar que a prestação de serviço é essencial e reconhecidamente adequada à plena satisfação do objeto pretendido, tendo a empresa **JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA** , apresentado toda

documentação pertinente, que comprova o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima, ou seja, documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, atendendo ao artigo 72, incisos V e VI da Lei Federal 14.133/2021.

DA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS: Junto à solicitação da contratação estão presentes documentos do mesmo objeto desta contratação em outros municípios, todos como valores similares (de acordo com o porte), justificando assim o preço proposto a ser contratado, atendendo ao preceito do artigo 23 da Lei Federal 14.133/2021.

PARECER TÉCNICO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Face ao atendimento de todos os pré-requisitos legais exigidos no artigo 72 e seus incisos, entendemos que foram atendidos todos os requisitos formais para a contratação. Sendo assim, entendemos que não há impedimento de ordem legal para o acolhimento da postulação da inexigibilidade de licitação.

Mulungu do Morro, 08 de janeiro de 2025.

Núbia Maciel da Silva Marques
Agente de contratação

Mairata Adria Anjos do Nascimento
Membro da comissão

Manoel Missias Timóteo de Souza
Membro da comissão

Mulungu do Morro, 08 de janeiro de 2025.

De: Agente de Contratação

Para: Procuradoria Jurídica

Assunto: Prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro, a solicitação de contratação baseia-se no art. 74, inciso III, da nova Lei de Licitações, por ser inviável qualquer competição.

Processo Administrativo: 005/2025.

Informamos que foi utilizada como fundamentação legal para esse processo, o artigo 74, Inciso III, "c" da Lei Federal 14.133/2021

Segue em anexo todo Processo Administrativo contendo a Solicitação de despesa da Unidade requisitante, razão da escolha do prestador dos serviços, documentação para habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, indicação de recursos orçamentários e minuta de contrato para devida apreciação.

Em conformidade com Lei Federal nº 14.133/2021, precisamente em seu artigo 72, inciso III, solicito que seja previamente examinada a contratação através de inexigibilidade de licitação, com emissão Parecer Jurídico, visando a demonstração e o atendimento dos requisitos legais exigidos, para que a autoridade superior autorize a contratação e proceda com a devida publicidade.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para renovar meus sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Sr. Núbia Maciel da Silva Marques
Agente de Contratação

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
INEXIGIBILIDADE N° 0XX/20XX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL E A EMPRESA XXX.

A CÂMARA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ xx, com sede na Rua XX, nº X, centro de Irecê - Bahia, representado neste ato por seu titular, Excelentíssimo Senhor Presidente XX, brasileiro, maior, casado, portador da cédula de identidade nº XX e do CPF nº XX, residente e domiciliado na XX, nº xx, Bairro, Irecê - Bahia, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXX, CNPJ XX, situada em XX, representada pelo Sr. Xx RG xx e CPF xxx, abaixo assinado, conforme documento de constituição inserto aos autos, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº XX, resolvem celebrar o presente termo contratual, cujo regime de execução se dará no modo de prestação de serviços, nos termos do processo acima referenciado, com fundamento no Art. 74, III, Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

As partes acima qualificadas têm entre si ajustado o presente contrato que será regido pela Lei nº 14.133/2021, pela Inexigibilidade promovida, com adjudicação do objeto da CONTRATADA e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Constitui objeto do presente a XXXXXXXX.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO
2.1. Este Contrato guarda conformidade com a Inexigibilidade nº XX, vinculando-se, ainda, à Proposta da Contratada e demais documentos constantes do processo que, independentemente de transcrição, são partes integrantes e complementares deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO SIGILO
3.1. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo profissional com relação às informações e dados de interesse da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro - Ba dos quais venha a tomar conhecimento em decorrência deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E RESPONSABILIDADE TÉCNICA
4.1. O serviço de assessoria e consultoria consiste na elaboração da contabilidade da CONTRATANTE, nos limites da temática indicada na Cláusula Primeira do presente.
Parágrafo Primeiro – À CONTRATADA se reserva o direito de, sempre que julgar necessário, solicitar informações complementares ao consulente, a fim de possibilitar uma análise adequada da dúvida ou da situação concreta narrada na consulta.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
5.1. Ficam ajustadas as seguintes obrigações das Partes, além das demais obrigações

previstas no Processo de Inexigibilidade que deu azo ao presente:

I. DO CONTRATANTE:

a) Não omitir qualquer informação que possa influenciar tecnicamente sobre a matéria objeto de questionamento;

b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste contrato;

c) Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato;

d) Pagar a importância correspondente aos serviços efetivamente prestados, no prazo pactuado, mediante as notas fiscais/faturas devidamente atestadas;

e) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

II. DA CONTRATADA:

Obriga-se a contratada a executar rigorosamente e cumprir tempestivamente os serviços e as disposições do presente CONTRATO, obrigando-se especificamente a:

a) Responsabilizar-se ética e civilmente pelos trabalhos prestados;

b) Compromete-se a prestar os seus serviços em local pré-determinado pela contratante, cujo horário será pactuado entre às partes;

c) Obriga-se a contratada o perfeito, fiel e integral cumprimento dos termos do presente contrato, respondendo pelos danos e prejuízos que venha a causar à contratante;

d) Refazer, sem ônus adicionais para a contratante, os serviços que comprovadamente sejam julgados inadequados ou incorretos pela fiscalização;

Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, iniciando-se na data da sua assinatura, resguardada a possibilidade de prorrogação em razão da natureza contínua do objeto, tudo nos exatos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

7.1. O valor global deste contrato perfaz-se no montante de **R$ xxxxxx (xxxxxxxxxxx),** o qual será pago em parcelas mensais no valor de **R$ xxxxxx (xxxxxxxxxxx)**, por meio de Ordem Bancária para Crédito em Conta de Titularidade da Contratada, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas e do Relatório de Atividades (contendo o detalhamento dos serviços executados).

Parágrafo Primeiro – O pagamento deverá ser realizado até o dia 10 do mês subsequente à prestação dos serviços.

Parágrafo Segundo – Dos valores acima mencionados, 60% (sessenta por cento) correspondem a gastos com pessoal e 40% (quarenta por centos) a insumos.

Parágrafo Terceiro – Será considerado como inadimplemento de cada parcela o atraso superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quarto – O atraso em mais de 30 (trinta) dias do pagamento sujeitará o CONTRATANTE, quando solicitado pela empresa contratada, ao pagamento do valor devido atualizado financeiramente desde a data referida até a do efetivo pagamento, com a atualização monetária de 0,10% (dez centésimos por cento), limitados estes acréscimos a 10% (dez por cento).

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em Dotação Orçamentária Própria, prevista no Orçamento da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro para o Exercício de xx, na classificação abaixo:
Unidade Orçamentária: xxx.
Ação: xx.
Elemento: xx.
Fonte: xxx.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização do presente contrato será exercida por prepostos da autarquia, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

10.1. Os custos que compõem o valor dos serviços são fixos e irreajustáveis, sendo que decorrido o prazo de doze meses, havendo aditivo, seu valor poderá ser reajustado com base no índice IGPM – FGV.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

10.1. Este contrato somente sofrerá alterações ante as circunstâncias e/ou fatos supervenientes, consoante disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, por meio de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Constituem motivos para rescisão unilateral ou administrativa do contrato, por parte do CONTRATANTE, os seguintes:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e/ou prazos;
b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e/ou prazos;
c) A lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
d) O atraso injustificado no início da execução dos serviços;
e) A paralisação da execução dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no contrato;
g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
j) A modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato;
k) Razões de interesse administrativo do CONTRATANTE;

l) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

Parágrafo Primeiro – A rescisão do contrato, efetivada pelo CONTRATANTE, com base nos Incisos I a XII desta Cláusula, acarreta, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato e na lei, retenção dos créditos decorrentes deste instrumento contratual, até o limite dos prejuízos causados pela CONTRATADA.
Parágrafo Segundo – A rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo administrativo, desde que haja conveniência para as partes.
Parágrafo Terceiro – A rescisão do contrato poderá dar-se, ainda, judicialmente, nos termos da legislação.
Parágrafo Quarto – Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo de contratação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES
13.1. Nos casos de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o CONTRATANTE, as sanções administrativas aplicadas à contratada serão:

a) Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato;
b) Multa, quando aplicada 02 (duas) ou mais advertências, por atraso imotivado no cumprimento do objeto do contrato, nos limites do parágrafo primeiro dessa cláusula;
c) Impedimento de licitar e/ou contratar com a câmara Municipal por um período máximo de até 03 (três) anos, conforme disposto no § 4 do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a câmara Municipal conforme o disposto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – O atraso injustificado no prazo de conclusão dos serviços implicará aplicação de multa correspondente a 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% desse valor.
Parágrafo Segundo – Na hipótese do parágrafo anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do caput desta cláusula.
Parágrafo Terceiro – Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação das justificativas ficarão a critério do CONTRATANTE.
Parágrafo Quarto – Sempre que não houver prejuízo para o CONTRATANTE, às penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, o seu critério.
Parágrafo Quinto – A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS
14.1. Os casos omissos neste contrato resolver-se-ão de acordo com as disposições da Lei de Licitações e da Lei Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO
15.1. As partes elegem o Foro de Comarca de xxxxxx, Estado da Bahia, para dirimir

quaisquer questões oriundas do presente contrato, com expressa renúncia aos demais. E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

xxxxxx – Bahia, xxxxx de xxxxxx de 20xxxxx.

XXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 005/2025
EMENTA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – LEGALIDADE

I-DO RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de Parecer Jurídico acerca da legalidade da contratação da empresa **JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA ,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 46.248.172/0001-80**, cujo objeto é prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro, a solicitação de contratação baseia-se no art. 74, inciso III, da nova Lei de Licitações, por ser inviável qualquer competição.

Constam no processo administrativo os seguintes documentos: I - documento de formalização de demanda e termo de referência; II - estimativa de despesa; III - pareceres técnicos; IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários; V - comprovação de requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço; VIII - Documentos que comprovam notória especialização e currículos dos profissionais.

Deve ser ressaltado que a análise da Procuradoria repercute estritamente sobre a apreciação jurídica da contratação, não havendo qualquer opinião sobre o mérito administrativo.

Esse é o resumo dos fatos, passamos a nos manifestar.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

A regra geral em nosso ordenamento jurídico, atribuída pela Constituição Federal, é a exigência da celebração de contratos pela Câmara Municipal, procedida de licitação pública (CF, art. 37, XXI).

Existem, contudo, hipóteses em que a Licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução do interesse público, uma vez que o procedimento licitatório normal conduziria ao sacrifício do interesse público e não asseguraria a

contratação mais vantajosa.

Entre estas hipóteses repousam o art. 74, inciso III, da nova Lei de Licitação n° 14.133/2021, onde está previsto a contratação direta por inexigibilidade, em razão de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, destacando o "patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas", como uma das possibilidades a se justificar o afastamento da regra da contratação, mediante prévio procedimento licitatório, nos seguintes moldes:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
>
> (...). III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
>
> (...) c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
> e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
>
> §3° Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato. (...).".

Do exposto, observa-se que de acordo com o artigo supra, a prestação

de serviços de Assessoria e Consultoria jurídica, pode vir a ser contratado pela Câmara Municipal, mediante inexigibilidade de licitação, acaso demonstrada a notória especialização do profissional ou do escritório de advocacia. Ressaltando ainda, que a referida Lei excluiu a expressão serviços "de caráter singular", presente no art. 25, inciso II, da Lei n° 8.666/93.

Quanto ao Notoriamente especializado será, assim, o profissional ou empresa que, detendo especial qualificação, desfrute de certo conceito e se diferencie, exatamente por isso, daqueles do mesmo ramo ou segmento de atuação.

Para HELY LOPES MEIRELLES, a notória especialização "... é o reconhecimento público da alta capacidade profissional. Notoriedade profissional é algo mais que habilitação profissional. Esta é a autorização legal para o exercício da profissão; aquela é a proclamação da clientela e dos colegas sobre o indiscutível valor do profissional na sua especialidade. Notoriedade é, em última análise, para fins de dispensa de licitação, afama consagradora do profissional no campo de sua especialidade'".

Em tais circunstâncias, quando restar caracterizada a notória especialização do prestador, pessoa física ou empresa, a contratação não demandará a realização de prévio certame licitatório, inviabilizado pela impossibilidade de competição que diretamente resulta da alta capacitação e do nível de qualificação daquele a quem se pretende contrata.

É o que se verifica no caso dos autos, uma vez que a consultoria e assessoria jurídica em fiscalização de contratos e previdenciária, é considerada de extrema importância, pois é correlacionada a todas as necessidades da Câmara Municipal, pois todos os seus atos devem ser revestidos de legalidade, a interrupção da prestação de tais serviços atrasa todos os andamentos processuais e administrativos que podem afetar todas as demais áreas do órgão envolvido, como projetos de recebimento de verbas públicas para educação e saúde, implementação de normatizações ou exigências de órgãos controladores, não demandará da realização de prévio certame licitatório, inviabilizado pela impossibilidade" de competição que

diretamente resulta da alta capacitação e do nível de qualificação desta.

Diante dos requisitos exigidos pela lei para autorizar a contratação direta de profissional especializado, entendemos ser possível à contratação, tendo em vista haver comprovação nos autos de que a mesma é possuidora de especialização essencial e mais adequada à plena satisfação do objeto a ser contratado, vez que comprova a sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, publicações, organização, equipe técnica e outros requisitos relacionados com suas atividades.

Isto porque, a assessoria a ser contratada possui notório reconhecimento e patente currículo profissional, demonstrando ter exercido atividades similares com perfeição, inclusive com objetos idênticos. Neste sentido, vejamos Marçal Justen Filho:

> Isso se traduz na existência de elementos objetivos ou formais, tais como a conclusão de cursos e a titulação no âmbito de pós-graduação, a participação em organismos voltados à atividade especializada, o desenvolvimento frutífero e exitoso de serviços semelhantes em outras oportunidades, a autoria de obras técnicas, o exercício de magistério superior, a premiação em concursos ou a obtenção de láureas, a organização de equipe técnica e assim por diante.

Não bastasse a condição de especialista do interessado, pretendido pela autarquia, a contratação pelo Poder Público não poderia ser confiada a quaisquer profissionais. Aqui ingressa uma série de requisitos de índole subjetiva que interessa à Câmara Municipal muito mais do que uma licitação ordinária poderia suportar.

Destaque-se, neste particular, o elemento confiança, qualificado juridicamente. Confiança (fidúcia) não se licita, não pode ser objeto de cotejo, disputa ou comparação, muito menos ser mensurada. Aliás, - o Tribunal de Conta da União já se manifestou sobre o assunto, In verbis:

> **Notório especializado só tem lugar quando se trata de**

> **serviço inédito ou incomum capaz de exigir na seleção do executor de confiança um grau de subjetividade** insusceptível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação. (Enunciado n°39/TCU). (GRIFEI)

Diante dos requisitos exigidos pela lei para autorizar a contratação direta de profissional especializado, entendemos ser possível à contratação, tendo em vista haver comprovação nos autos de que o mesmo seja possuidor de especialização indiscutivelmente essencial e mais adequada à plena satisfação do objeto a ser contratado, compatível com a necessidade administrativa.

Com efeito, para efetuar contratações através de Inexigibilidade de Licitação com fulcro no artigo supra, a Câmara Municipal deve necessariamente observar requisitos acima descritos, bem como as exigências legais para a contratação, previstas no artigo 72, e incisos do mesmo dispositivo, que assim dispõem:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.
> IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI - razão da escolha do contratado;
> VII - justificativa de preço;
> VIII- autorização da autoridade competente

No caso dos autos, verifica-se que os requisitos supra foram

considerados, vez que se observa o seguinte: comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; bem como a razão da escolha do contratado, justificativa de preço e autorização da autoridade competente.

Destaca-se, ainda, que nos autos constam os documentos de formalização de demanda e termo de referência, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto requisitado.

Nota-se, ainda, a razoabilidade dos gastos empreendidos, vez que demonstrado nos autos, comprovação de que os preços pactuados se encontram em consonância com aqueles referendados no mercado. No caso, a justificativa do preço pautar-se na demonstração dos valores pactuados em contratações anteriores com órgãos públicos, que guardam semelhança nos objetos.

Do exposto, vislumbramos que o serviço descrito na justificativa em confronto com a legislação trata-se de flagrante inexigibilidade de licitação, conforme preceitua o art. 74. Inciso III, da nova Lei de Licitações.

III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, considerando a documentação constante dos autos, especialmente a justificativa dê lavra do setor solicitante, bem como os argumentos acima levantados, manifesta-se pela possibilidade da contratação por Inexigibilidade de Licitação, uma vez observadas às recomendações elencadas no corpo deste Parecer, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei de Licitação n° 14.133/2021, desde que devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

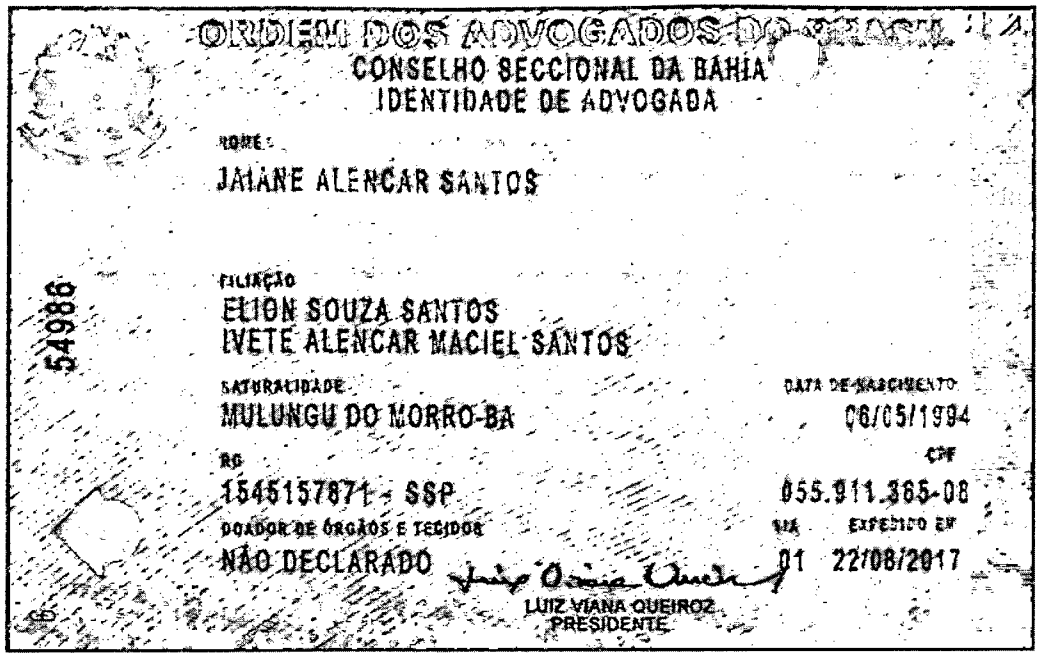
À deliberação superior.

Mulungu do Morro, 08 de janeiro de 2025.

Dept. Jurídico
OAB_____



Scanned with CamScanner



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DA BAHIA
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME
JAIANE ALENCAR SANTOS

54986

FILIAÇÃO
ELION SOUZA SANTOS
IVETE ALENCAR MACIEL SANTOS

NATURALIDADE
MULUNGU DO MORRO-BA

DATA DE NASCIMENTO
06/05/1994

RG
1545157871 - SSP

CPF
055.911.365-08

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO DECLARADO

VIA
01

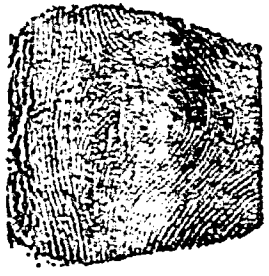
EXPEDIDO EM
22/08/2017

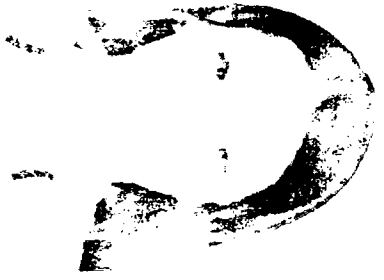
LUIZ VIANA QUEIROZ
PRESIDENTE

Scanned with CamScanner

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NÃO PLASTIFICAR





Jaiane Alencar Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

15.451.578-71 13-01-2017

JAIANE ALENCAR SANTOS

ELION SOUSA SANTOS

IVETE ALENCAR MACIEL SANTOS

MULUNGU DO MORRO BA 06-05-1994

C.NAS. CM MORRO DO CHAPÉU BA DS
MULUNGU DO MORRO LV 20A FL 254 RT 009457

055.911.365-08

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
46.248.172/0001-80 **MATRIZ**		**29/03/2022**

NOME EMPRESARIAL
JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
69.11-7-01 - Serviços advocatícios (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
232-1 - Sociedade Unipessoal de Advocacia

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R FELIZBERTO PORTO	**02-A**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
44.885-000	**CENTRO**	**MULUNGU DO MORRO**	**BA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
JAIANEALENCAR.ADV@HOTMAIL.COM	**(71) 9916-3114**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**29/03/2022**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **09/01/2025** às **09:08:18** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
(Jaiane Alencar Sociedade Individual de Advocacia)

Pelo presente instrumento particular, Jaiane Alencar Santos, brasileira, casada, domiciliada à Rua Eronildes Souza Santos, 169, Centro Mulungu do Morro-Bahia, advogada inscrita na OAB/BA sob o nº 54986 e no CPF sob Nº 055.911.365-08, constitui uma Sociedade Individual de Advocacia, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I
RAZÃO SOCIAL E SEDE

Cláusula 1ª – A razão social adotada é **Jaiane Alencar Sociedade Individual de Advocacia**, Sociedade Individual de Advocacia e rege-se pelo Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906 de 04 de julho de 1994, com as alterações da Lei n. 13.247 de 12 de janeiro de 2016), seu Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina, Provimentos e Resoluções expedidos pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo 1º. A Sociedade tem sede na cidade de Mulungu do Morro, Estado da BAHIA, à Rua Felizberto Porto, nº 02-A, Centro, CEP 44885000, telefone 71-991631149, e-mail: jaianealencar.adv@hotmail.com.

Parágrafo 2º. Poderão ser abertas filiais respeitadas as normas da Ordem dos Advogados do Brasil, estando o titular obrigado à inscrição suplementar.

CAPÍTULO II
DO OBJETO SOCIAL

Clausula 2ª - A sociedade tem por objetivo disciplinar o expediente e os resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços de consultoria jurídica e advocacia, seja por seu sócio, seja pelos advogados que a ela se integrem mediante vínculo empregatício ou contrato de associação.

CAPÍTULO III
DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 3ª – O capital social é de R$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10 quotas no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente.

Jaiane Alencar Santos

AVERBADO EM
29 / 03 / 2022
OAB - BA

Documento de 5 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização
Cópia 0522/0840 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001
Este documento foi gerado pelo usuário 055.911.365-08 em 29/03/2022 10:40:06
Scanned with CamScanner

ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

VR 05RF DI11E

(Jaiane Alencar Sociedade Individual de Advocacia)

Pelo presente instrumento particular, Jaiane Alencar Santos, brasileira, casada, domiciliada à Rua Eronildes Souza Santos, 169, Centro Mulungu do Morro-Bahia, advogada inscrita na OAB/BA sob o nº 54986 e no CPF sob Nº 055.911.365-08, constitui uma Sociedade Individual de Advocacia, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I
RAZÃO SOCIAL E SEDE

Cláusula 1ª – A razão social adotada é **Jaiane Alencar Sociedade Individual de Advocacia**, Sociedade Individual de Advocacia e rege-se pelo Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906 de 04 de julho de 1994, com as alterações da Lei n. 13.247 de 12 de janeiro de 2016), seu Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina, Provimentos e Resoluções expedidos pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo 1º. A Sociedade tem sede na cidade de Mulungu do Morro, Estado da BAHIA, à Rua Felizberto Porto, nº 02-A, Centro, CEP 44885000, telefone 71-991631149, e-mail: jaianealencar.adv@hotmail.com.

Parágrafo 2º. Poderão ser abertas filiais respeitadas as normas da Ordem dos Advogados do Brasil, estando o titular obrigado à inscrição suplementar.

CAPÍTULO II
DO OBJETO SOCIAL

Clausula 2ª - A sociedade tem por objetivo disciplinar o expediente e os resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços de consultoria jurídica e advocacia, seja por seu sócio, seja pelos advogados que a ela se integrem mediante vínculo empregatício ou contrato de associação.

CAPÍTULO III
DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 3ª – O capital social é de R$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10 quotas no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente.

Jaiane Alencar Santos

AVERBADO EM
29 / 03 / 2022
OAB - BA

Documento de 5 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização
EP01.0522.06401 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001
Scanned with CamScanner

CAPÍTULO IV
DA RESPONSABILIDADE DO TITULAR

Cláusula 4ª – Além da Sociedade, o titular responde subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão, no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

Parágrafo único. As obrigações não oriundas de danos causados aos clientes, por ação ou omissão, no exercício da advocacia, devem receber o tratamento previsto no Código Civil.

CAPÍTULO V
DA REPRESENTAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 5ª – A administração cabe ao titular acima qualificado, que poderá usar o título de Administrador, e representará a Sociedade em todos os atos de gestão necessários e, também, ativa ou passivamente em Juízo ou fora dele bem como junto aos órgãos públicos, federais, estaduais, municipais e instituições financeiras, podendo assinar quaisquer documentos, abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, constituir procurador(es) ad negotia, com poderes determinados e tempo certo de mandato.

Parágrafo único. Dentro dos limites estabelecidos na legislação do imposto de renda, o titular poderá ter retiradas mensais a título de pró-labore, cujos valores serão levados a conta de despesas gerais da Sociedade.

CAPÍTULO VI
DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADO SOCIAIS

Cláusula 6ª – O exercício social coincide com o ano civil. Ao final de cada exercício levantar-se-á o balanço geral da Sociedade para apuração dos resultados e dos prejuízos, atribuindo-se ao titular o que for apurado.

Parágrafo único. A Sociedade poderá apresentar balanços mensais e distribuir os resultados a cada mês ou nos períodos que o titular decidir.

CAPÍTULO VII
DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE, MORTE DO TITULAR E OUTROS EVENTOS

Cláusula 7ª – O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Cláusula 8ª – Nas hipóteses de falecimento, exclusão dos quadros da OAB ou diante da incompatibilidade definitiva do titular, a Sociedade estará dissolvida.

AVERBADO EM
27 / 03 / 2020
OAB - BA

Ipiore Alencar Santos

Documento de 5 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização
Cópia 052916840 Documento resultado da migração e retificação contém todo o teor do documento.
Scanned with CamScanner

FORO CONTRATUAL

VR OSRF DENTE Fl. 12

Cláusula 9ª – Fica eleito o foro da cidade de Morro do Chapéu-Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 10ª – O titular declara que não exerce cargo ou ofício público que origine impedimento ou incompatibilidade indicado no Estatuto da OAB e que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei impedindo-o de participar de sociedades.

Cláusula 11. – Declara, outrossim, não participar de outra sociedade de advogados, não ter constituído mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, nem integrar, simultaneamente, sociedade de advogados e sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial desta Seccional. O titular assina o presente instrumento, em 4 vias.

Salvador-BAHIA, 15 de fevereiro de 2022.

Jaiane Alencar Santos

JAIANE ALENCAR SANTOS

Testemunha 1:

Camila Santana Araújo

CAMILA SANTANA ARAUJO
CPF: 085825175-21

Testemunha 2:

Renato Siqueira Mascarenhas

RENATO SIQUEIRA MASCARENHAS
CPF: 021767815-70

AVERBADO EM
29 / 03 / 2022
OAB - BA

Documento de 5 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização
CB0A.0522.1884.0C1F e do código verificador 9f0a-e52a-1884-0c1f
Scanned with CamScanner

O presente instrumento de [illegible]
[illegible] 6531/2022 foi
[illegible] 035 a 040
[illegible] 238-A
[illegible]
[illegible] 21/12/2022

Raquel Pedreira Franco
OAB-BA 17480

umento de 5 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://
.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização
Cópia 652[illegible]04 Documento sem validade para [illegible] [illegible]
Scanned with CamScanner

Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento juntado ao processo por FREDERICO ALMIR KNITTEL NUNO DE SOUZA, servidor habilitado e reconhecido via certificado digital (CÓPIA SIMPLES).

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por FREDERICO ALMIR KNITTEL NUNO DE SOUZA em 02/05/2022.

Esta cópia / impressão foi realizada por JAIANE ALENCAR SANTOS em 04/05/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:
https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP04.0522.08401.JGL9

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
D2F6DC396D67E0ECFCC0F55FACBD3163A674BC230AFD2D89424AD7A100F5ABCA

Página inserida pelo Sistema e-Processo apenas para controle de validação e autenticação do documento do processo nº 10271.069921/2022-74. Por ser página de controle, possui uma numeração independente da numeração constante no processo.

Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro
SECRETARIA DE FINANÇAS
RUA ERONIDES DE SOUZA SANTOS, 55
CENTRO - MULUNGU DO MORRO - BA CEP: 44885-000
CNPJ: 16.445.876/0001-81

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número: 000001/2025.E

Nome/Razão Social: **JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIDUAL DE ADVOCACIA**
Nome Fantasia:
Inscrição Municipal: **54672** CPF/CNPJ: **46.248.172/0001-80**
Endereço: **RUA FELISBERTO PORTO, 02-A**
CENTRO MULUNGU DO MORRO - BA CEP: 44885-000

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.

Observação:

****
****
****
****

Esta certidão foi emitida em **06/01/2025** com base no Código Tributário Municipal.

Certidão válida até: **05/02/2025**

Esta certidão abrange somente a Inscrição Municipal acima identificada.

Código de controle desta certidão: **060001045133005400075003000001202501060**

Certidão emitida eletronicamente via internet. A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço eletrônico:
https://mulungudomorro.saatri.com.br, Econômico - Certidão Negativa - Verificar Autenticidade

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 46.248.172/0001-80
Razão Social: JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Endereço: RUA FELIZBERTO PORTO 02-A / CENTRO / MULUNGU DO MORRO / BA / 44885-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:29/12/2024 a 27/01/2025

Certificação Número: 2024122904275793390181

Informação obtida em 03/01/2025 11:17:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA

Emissão: 19/11/2024 16:10

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20245023655**

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ **46.248.172/0001-80**

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 19/11/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.sefaz.ba.gov.br

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 46.248.172/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:28:27 do dia 26/07/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/01/2025.
Código de controle da certidão: **F8CF.6308.1EEC.804F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 46.248.172/0001-80
Certidão nº: 80008626/2024
Expedição: 19/11/2024, às 16:11:34
Validade: 18/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **46.248.172/0001-80, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 00657517E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu).

CERTIFICO que, pesquisando os registros dos sistemas eletrônicos de distribuição de processos deste Estado da Bahia, anteriores à data de **19/12/2024**, verifiquei **NÃO CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 46.248.172/0001-80
Endereço: RUA FELISBERTO PORTO, 02-A, CENTRO, MULUNGU DO MORRO - BAHIA, CEP: 44.885-000

Esta certidão abrange as ações ativas de falência e recuperação judicial e extrajudicial, em que a pessoa pesquisada figure no pólo passivo, para as ações de falência e pólo ativo, para as ações de recuperação judicial / extrajudicial, com exceção dos processos em segredo de justiça.

Em caso de inconformidade, entrar em contato com a Seção de Certidões - SEDEC através do endereço eletrônico sedec@tjba.jus.br.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário, tendo em vista que a base de dados pesquisada para a emissão desta certidão não possui conexão com nenhuma outra base de dados de outra instituição pública ou da Receita Federal.

Esta certidão é emitida sem custas e tem validade de 30 dias, a partir da sua data de emissão. Após este prazo, será necessária a emissão de nova certidão.

Salvador/BA, quinta-feira, 19 de dezembro de 2024

Certificado

Conclusão de Curso

Certifico que **Jaiane Alencar Santos**

Do município de **Mulungu do Morro - BA**

Concluiu o curso **Licitações Municipais Fases Interna e Externa - online**
Com carga horária de **96 horas** e o seguinte conteúdo:

Temas

Licitações Públicas - Rotinas da Fase Interna

Licitações Públicas - Rotinas da Fase Interna Prática: O julgamento da licitação

Licitações Públicas - Julgamento da Licitação

Licitações - Impugnações e Recursos Licitatórios

Número do Protocolo: 20510382220191119

Local e Data de Impressão: Curitiba, 19 de novembro de 2019. 2ª VIA

UNIPÚBLICA
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA

Unipublica
CNPJ: 11.227.107/0001-93

Bruno Ricardo Ávila e Silva
CPF 063.035.329-85

UNYFLEX

CERTIFICADO

CONCLUSÃO DE CURSO

Jaiane Alencar santos

CERTIFICO QUE **JAIANE ALENCAR SANTOS** DO CPF: **055.911.365-08**,
CONCLUIU O CURSO DE **PROCESSO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIAS NOS MUNICÍPIOS**
COM CARGA HORÁRIA DE 100 HORAS E O SEGUINTE CONTEÚDO:

Processo Administrativo Disciplinar PAD
Sindicâncias Funcionais Nos Órgãos Públicos

UNYPÚBLICA

UNIPUBLICA CNPJ 11.227.107/0001-93 | CNPJ 28.329.884/0001-41

NÚMERO DE PROTOCÓLO: 2822019122336

UNYFLEX

CERTIFICADO

CONCLUSÃO DE CURSO

Jaiane Alencar santos

CERTIFICO QUE **JAIANE ALENCAR SANTOS** DO CPF: **055.911.365-08**,
CONCLUIU O CURSO DE **GESTÃO TRIBUTÁRIA NO MUNICÍPIO CURSO COMPLETO E PRÁTICO**
COM CARGA HORÁRIA DE 22 HORAS E O SEGUINTE CONTEÚDO:

Tributação Municipal (Gestão e Execução) Curso Prático
Gestão Tributária Municipal ISSQN - IPTU - ITBI - ITR - Taxas Municipais

UNYPÚBLICA

UNIPUBLICA CNPJ 11.227.107/0001-93 | CNPJ 28.323.884/0001-41

NÚMERO DE PROTOCÓLO: 2822019121024

XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE

DIREITO CONSTITUCIONAL APLICADO

28 E 29 AGOSTO

CENTRO DE CONVENÇÕES DA BAHIA | SALVADOR- BAHIA

Certificamos que

JAIANE ALENCAR SANTOS

participou, na condição de CONGRESSISTA, do Evento XIII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado, durante os dias 28 e 29 de Agosto de 2014 no Centro de Convenções da Bahia - Salvador - BA, evento realizado pela Múltipla Difusão do Conhecimento. O evento totalizou uma carga-horária de 20 horas, conforme programação apresentada no verso deste certificado.

ROBÉRIO NUNES DOS ANJOS
COORDENADOR CIENTÍFICO

REALIZAÇÃO
múltipla
difusão do conhecimento

Scanned with CamScanner



Congresso de Direito Eleitoral da UCSAL

Reflexões e perspectivas para as eleições de 2020

E R T I F I A D O

Certificamos para os devidos fins que

Jaiane Alencar Santos

participou do **"Congresso de Direito Eleitoral da UCSAL - Reflexões e perspectivas para as eleições de 2020"**, realizado nos dias 8 e 9 de novembro de 2019, no Espaço Cultural da UCSAL - Campus Federação, com carga horária de **20h.**

Salvador, 9 de novembro de 2019.

Apoio

•NOVA• UCSAL

Fagner Fraga
Coordenador Científico do Congresso

II Conferência Estadual da Mulher Advogada 2018

Mulher: Desafios e Transformações

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado da Bahia, outorga o presente certificado a

Jaiane Alencar Santos

pela participação na **II Conferência Estadual da Mulher Advogada, Mulher: Desafios e Transformações,** realizada nos dias **28 a 29 de maio de 2018,** no Wish Hotel da Bahia, com certificação de 16h.

Salvador, 28 de maio de 2018

Luiz Viana Queiroz
Presidente da OAB-BA

REALIZAÇÃO

OAB BAHIA OAB BAHIA Comissão da Mulher Advogada

LEGALE
FACULDADE

Credenciamento EAD: Portaria Ministerial nº 247, de 12.02.2020, DOU nº 32, de 14.02.2020, seção 1, p. 34.
Recredenciamento: Portaria Ministerial nº 1.514, de 22.12.2016, DOU nº 247, de 26.12.2016, seção 1, p. 26.

CERTIFICADO

Os responsáveis legais da Faculdade Legale, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do curso de Pós-Graduação *"lato sensu"* em

ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL

conferem o título de Pós-Graduado(a) a

JAIANE ALENCAR SANTOS

e outorgam-lhe o presente certificado, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.
O curso teve como fundamento a Resolução CNE/CSE nº 1, de 06 de abril de 2018.

São Paulo - SP, 14 de Maio de 2022.

ANDREZA DA SILVA PAULO
Secretária Geral

JAIANE ALENCAR SANTOS

ANA PAULA COTA ROLINS
Diretora Geral

Registro: 0000044350

Código do Certificado: 4C4547414C4543313431313735343038414541453031313431313735343038 - Verifique autenticidade em http://www.academicoweb.com.br/legale/autenticidade.asp?certif=1

LEGALE FACULDADE

DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA

Declaramos para os devidos fins que, JAIANE ALENCAR SANTOS portador(a) do CPF nº 055.911.365-08 e Registro Acadêmico (RA) nº141415193 esteve regularmente matriculado(a) e frequente no curso de Pós-Graduação *lato sensu* em DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL - PREVIDENCIÁRIO E PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA, ofertado na modalidade a distância, com carga horária total de 360 horas, com início em 23/08/2021 e término em 29/06/2022. O prazo final para a entrega da Avaliação (obrigatória) e do Trabalho de Conclusão de Curso (não obrigatório) dar-se-á até 26/12/2022.

Cabe destacar que está previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), conforme legislação vigente, a entrega do Trabalho de Conclusão de Curso **não obrigatório**, nos formatos de Artigo ou Monografia, além do Estágio **não obrigatório**, conforme estabelecido pela Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

O referido curso está regulamentado de acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 06 de abril de 2018 e atende ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e é composto pelos seguintes módulos obrigatórios.

Módulos	Situação
Direito Constitucional Previdenciário	Cursando
Beneficiários do RGPS. Qualidade de Segurado	Cursando
Benefícios Programáveis - Aposentadoria por idade	Cursando
Benefícios Rurais	Cursando
Benefícios Programávei - Tempo de Contribuição	Cursando
Benefícios Programáveis - Pessoa c/Deficiência	Cursando
Aposentadoria Especial	Cursando
Benefícios Assistenciais	Cursando
Benefícios por Incapacidade comuns e acidentários	Cursando
Serviçõe- habilitação e reabilitação profissional	Cursando
Perícia Administrativa e Judicial	Cursando
Benefícios devidos à família	Cursando
Cálculos dos benefícios previdenciários	Cursando
Prática Inicial - CNIS e Carta	Cursando
Direito do Trabalho aplicado ao D.Previdenciário	Cursando
Revisões - Teses e "Revisões de fato"	Cursando
Processo Administrativo Previdenciário I	Cursando
Processo Administrativo Previdenciário II	Cursando
Contribuinte Individual	Cursando
Tribunais - Temas de relevância Previdenciária	Cursando
Processo Judicial Previdenciário I	Cursando
Processo Judicial Previdenciário II	Cursando
Audiência e Sustentação Oral	Cursando
MEU INSS e INSS Digital (SAG)	Cursando
Custeio e Direito empresarial previdenciário	Cursando
Empréstimo Consignado	Cursando

RPPS	Cursando
Previdência Militar	Cursando
Planejamento Previdenciário	Cursando
Previdência Complementar	Cursando
Acordos Internacionais no âmbito da Prev.Social	Cursando
Crimes Previdenciários	Cursando
Atendimento, entrevista e Contrato de honorários	Cursando
Gestão de Escritório	Cursando
Metodologia do Trabalho Científico	Cursando
Didática do Ensino Superior	Cursando
Avaliação (obrigatória)	Pendente

CNPJ: 05.492.915-0001/85
Rua da Consolação, 65 - 1º Andar - São Paulo/SP - CEP. 01301-000 - www.legale.com.br
Recredenciamento Presencial: Portaria Ministerial nº 1.514, de 22/12/2016, DOU nº 247, de 26/12/2016, seção 1, p. 26.
Credenciamento EAD: Portaria Ministerial nº 247, de 12/02/2020, DOU nº 32, de 14/02/2020, seção 1, p. 34.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

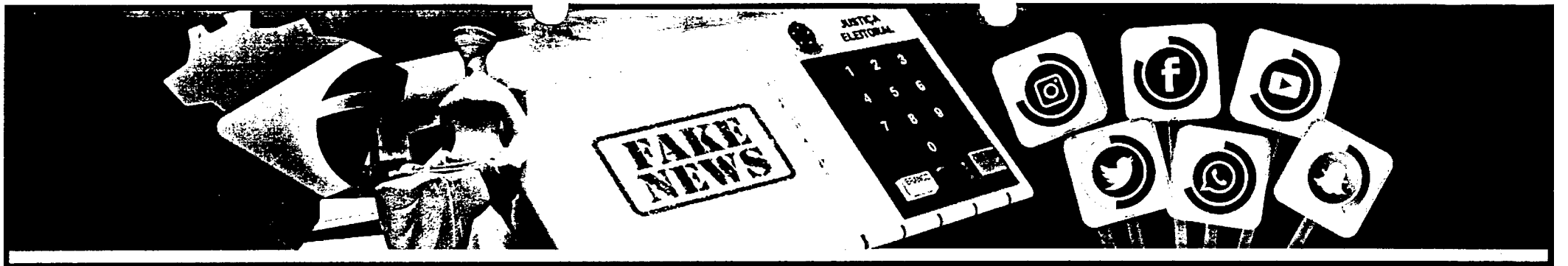
IMPORTANTE: Essa declaração de matrícula tem validade de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da emissão.
Acesse www.academicoweb.com.br/legale/autenticidade.asp e digite o codigo **4C4547414C45313431343135313933 9334F534F5331343134313431343135313933** para verificar a autenticidade deste documento.

São Paulo - SP, 23 de janeiro de 2023.

Edison Maluf Junior
Mantenedor
CPF: 277.191.448-48

FACULDADE LEGALE
Portaria MEC 1514/2015
Portaria MEC EAD 247/2020
FACULDADE legale
(11) 2868-5222
SÃO PAULO - SP

Érika Aparecida Cabral de Almeida
Secretária Acadêmica
CPF: 300.555.548-81



Congresso de Direito Eleitoral da UCSAL

Reflexões e perspectivas para as eleições de 2020

E R T I F I A D O

Certificamos para os devidos fins que

Jaiane Alencar Santos

participou do **"Congresso de Direito Eleitoral da UCSAL - Reflexões e perspectivas para as eleições de 2020"**, realizado nos dias 8 e 9 de novembro de 2019, no Espaço Cultural da UCSAL - Campus Federação, com carga horária de **20h.**

Salvador, 9 de novembro de 2019.

Apoio

·NOVA· UCSAL

Fagner Fraga
Coordenador Científico do Congresso

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

CERTIFICADO

Certificamos que **JAIANE ALENCAR SANTOS**, filha(o) de ELION SOUSA SANTOS e IVETE ALENCAR MACIEL SANTOS, nascido(a) a 06/05/1994, natural de MULUNGU DO MORRO - BA, concluiu, em 14/04/2020, o Curso de **ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL**, com carga horária de 413 horas-aula, nos Termos da Resolução CNE/CES nº 01/2007.

Salvador, 18 de setembro de 2020.

Maria Neide Tinoco
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Coordenador(a) do Curso

Concluinte

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

TERMO ADITIVO DE ESTÁGIO

(De acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008)

Nº 1825/2016

Aditamento ao Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, a Instituição de Ensino **UCSAL PITUAÇU - UNIVERSIDADE CATOLICA DO SALVADOR** e o (a) Estagiário(a) **JAIANE ALENCAR SA**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, a Instituição de Ensino, UCSAL PITUAÇU - UNIVERSIDADE CATOLICA DO SALVADOR e o (a) Estagiário (a) JAIANE ALENCAR SANTOS, matrícula nº 19987, *todos devidamente qualificados no termo de* Compromisso de Estágio, resolvem alterar as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira : A data de termino do estágio constante no plano de atividades anexo *ao Termo de Compromisso fica alterada para 14* **Dezembro de 2016.**

Cláusula Segunda : Este Termo Aditivo passa a vigorar a partir da data da sua assinatura"

Cláusula Terceira: Ratificam-se as demais cláusulas e condições não alteradas *pelo presente instrumento, o qual, devidamente assinado* pelas partes e testemunhas, abaixo identificadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, passa a integrar o termo original, como um todo único e indivisível.

Salvador, 11 de Abril de 2016

Data de Início de Estágio	Data término do Estágio	Curso
15/06/15	14/12/16	Direito
Início de Recesso	**Fim de Recesso**	
30/11/16	14/12/16	

Leila Lima Costa
Diretora de Recursos Humanos
Cadastro: 804.308 - 6

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CONCEDENTE DE ESTÁGIO

p/ Rosival Oliveira de Carvalho

UCSAL PITUAÇU - UNIVERSIDADE CATOLICA DO SALVADOR

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Jaiane Alencar Santos

JAIANE ALENCAR SANTOS

ESTAGIÁRIO

p/ Jairo Lourenço do Sul.

FRANCISCO DE OLIVEIRA BISPO

SUPERVISOR(A) DE ESTÁGIO

End: 5ª Avenida do CAB, nº 560 Edfício Anexo ao TJBA, S/104 - Centro Administrativo da Bahia
Salvador-BA. CEP - 41.745971

Scanned with CamScanner

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

TERMO ADITIVO DE ESTÁGIO

(De acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008)

Nº 1825/2016

Aditamento ao Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, a Instituição de Ensino **UCSAL PITUAÇU - UNIVERSIDADE CATOLICA DO SALVADOR** e o (a) Estagiário(a) **JAIANE ALENCAR SA**

BUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, a Instituição de Ensino, UCSAL PITUAÇU - UNIVERSIDADE CATOLICA DO ADOR e o (a) Estagiário (a) JAIANE ALENCAR SANTOS, matrícula nº **19987**, todos devidamente qualificados no termo de romisso de Estágio, resolvem alterar as seguintes cláusulas:

sula Primeira : A data de termino do estágio constante no plano de atividades anexo ao Termo de Compromisso fica alterada para **14 Dezembro de 2016.**

lus . Segunda : Este Termo Aditivo passa a vigorar a partir da data da sua assinatura

áusula Terceira: Ratificam-se as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente instrumento, o qual, devidamente assinado elas partes e testemunhas, abaixo identificadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, passa a integrar o termo original, como um todo único e indivisível.

Salvador, 11 de Abril de 2016

Data de Início de Estágio	Data término do Estágio	Curso
15/06/15	14/12/16	Direito
Início de Recesso	**Fim de Recesso**	
30/11/16	14/12/16	

Leila Lima Costa
Diretora de Recursos Humanos
Cadastro: 804.308 - 6

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
CONCEDENTE DE ESTÁGIO

p/ Raiul Oliveira de Campos

UCSAL PITUAÇU - UNIVERSIDADE CATOLICA DO SALVADOR
INSTITUIÇÃO DE ENSINO

JAIANE ALENCAR SANTOS
ESTAGIÁRIO

p/ Jaime Barreiros do Sol.

FRANCISCO DE OLIVEIRA BISPO
SUPERVISOR(A) DE ESTÁGIO

End: 5ª Avenida do CAB, nº 560 Edifício Anexo ao TJBA, S/104 - Centro Administrativo da Bahia
Salvador-BA CEP - 41.745971

Scanned with CamScanner

NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO

Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A
CNPJ: 13.504.675/0001-10 Insc. Est.: 00665571
4ª Avenida, nº 420, Centro Administrativo da Bahia (CAB)
Salvador, Bahia, Brasil - CEP: 41.745-300

Nº DA MATRÍCULA
183813901

VALOR A PAGAR (R$)
46,07

Inscrição	Município	Nº Contrato	Data Emissão	Mês/Ano	Vencimento
0319.01.0070.1.0016.00000	MULUNGU MORRO	4526656	29/11/2024	01/2025	01/01/2025

Nome do Responsável	JAIANE ALENCAR SANTOS	CPF/CNPJ	055.911.365-08
Endereço da Ligação	AV MARIO RIBEIRO, 355 - CENTRO MULUNGU DO MORRO - BA - BRASIL - CEP 44.885-000		
Endereço para Entrega da Conta	AV MARIO RIBEIRO, 355 ,CENTRO MULUNGU DO MORRO - BA - BRASIL - CEP 44.885-000		

REGISTROS DO CONSUMO

Nº Hidrômetro	Data Leit. Anterior	Data Leit. Atual	Leitura Anterior	Leitura Atual	Dias de Consumo	Próxima Leitura
A19S569797	30/10/2024	29/11/2024	271	280	30	02/01/2025

COMPOSIÇÃO DA CONTA

Categoria Tarifária	Unidades de Consumo	Valores (R$) Tarifa Mínima
Residencial Normal	01	41,18

Tarifa Esgoto (% do Valor Água)	0
Unidades de Consumo - UC	1
Consumo / Unidade (m³)	9
Consumo Apurado no mês (m³)	9
Rateio Medição Individualizada (m³)	
Consumo Faturado (m³)	9
Consumo Carro Pipe (m³)	0

Histórico de Consumo (m³) 06 Meses

01/2025	9
12/2024	12
11/2024	12
10/2024	8
09/2024	8
08/2024	9

OBS: Para demais faixas de consumo consultar tabela de tarifas no site da Embasa

DISCRIMINAÇÃO DOS LANÇAMENTOS NA CONTA (R$)

CONSUMO ÁGUA 9M3	46,07
TOTAL	46,07

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO

TRIBUTO	Base Cálculo (R$)	Alíquota(%)	Valor (R$)	TOTAL (R$)
PIS / PASEP	46,07	1,15	0,53	3,00
COFINS (%)		5,36	2,47	

MENSAGENS

82650000000-3 46070047851-0 83813901012-1 58000200000-9

***** ATENÇÃO: O PAGAMENTO DESTA CONTA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES *****

Conta impressa em 09/01/2025

NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A
CNPJ: 13.504.675/0001-10 Insc. Est.: 00665571
4ª Avenida, nº 420, Centro Administrativo da Bahia (CAB)
Salvador, Bahia, Brasil - CEP: 41.745-300

MATRÍCULA	Mês/Ano	Emissão	Vencimento	TOTAL A PAGAR (R$)
183813901	01/2025	29/11/2024	01/01/2025	46,07

82650000000-3 46070047851-0 83813901012-1 58000200000-9

Pague com pix

VERSÃO 2022.1 - PGCS 11.05.2022

2ª VIA

ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO-BA

Praça- Elza Maria de Jesus, nº 205- Centro- Mulungu do Morro- Telefax-(74)3643-1380.
CNPJ- 00.843.764/0001-49.

ATESTADO DE CAPA CIDADE TÉCNICA

Declaramos a quem interessar possa que a empresa **JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA,** CNPJ nº. 46.248.172/0001-80, estabelecida à Rua Felizberto Porto, 02-A, Centro, Mulungu do Morro - BA, prestou serviço de assessoramento para esse fiscal, de acordo com o *Art. 117, caput, da Lei 14.133*, é possível a contratação de um terceiro para assistir e subsidiar o fiscal de contrato da Câmara Municipal de Vereadores de Mulungu do Morro – BA, no período de Janeiro a Dezembro de 2023.

Esclarecemos que a mesma cumpriu todas as obrigações inerentes ao fornecimento, não havendo motivos que a desabone junto a este órgão.

Mulungu do Morro - BA, 31 de Dezembro de 2023.

Julio Souza Santos
Pres. da Câmara Municipal

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO-BA
Praça- Elza Maria de Jesus, nº 205- Centro- Mulungu do Morro- Telefax-(74)3643-1380.
CNPJ- 00.843.764/0001-49.

ATESTADO DE CAPA CIDADE TÉCNICA

Declaramos a quem interessar possa que a empresa **JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA,** CNPJ nº. 46.248.172/0001-80, estabelecida à Rua Felizberto Porto, 02-A, Centro, Mulungu do Morro - BA, prestou serviço de assessoramento para esse fiscal, de acordo com o *Art. 117, caput, da Lei 14.133*, é possível a contratação de um terceiro para assistir e subsidiar o fiscal de contrato da Câmara Municipal de Vereadores de Mulungu do Morro – BA, no período de Janeiro a Dezembro de 2024.

Esclarecemos que a mesma cumpriu todas as obrigações inerentes ao fornecimento, não havendo motivos que a desabone junto a este órgão.

Mulungu do Morro - BA, 31 de Dezembro de 2024.

Julio Souza Santos
Pres. da Câmara Municipal

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO-BA
Praça- Elza Maria de Jesus, nº 205- Centro- Mulungu do Morro- Telefax (74)3643-1380.
CNPJ- 00.843.764/0001-49.

Mulungu do Morro, 10 de janeiro de 2025.

Assunto: Encaminhamento de processo licitatório.

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Estamos encaminhando a Vossa Excelência o Processo Licitatório relativo a Inexigibilidade nº **005/2025**, objetivando a prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro, em favor da empresa: **JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA** no valor total de **R$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais),** a fim de que seja Ratificado/Homologado.

Sobreleva destacar que o referido processo já fora analisado e aprovado pela procuradoria jurídica câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro, como consta nos autos, portanto estando apto para a ratificação/homologação.

Sem mais para o momento, apresentamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Glaciano da Silva Mascarenhas
Controlador Interno

Exmo. Sr.
Julio Souza Santos
NESTA

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 005/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 005/2025

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação técnica para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o **PARECER TÉCNICO** prevê que a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 74, INC III, "c", da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o **PARECER JURÍDICO** atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 005/2025**, nos termos descritos abaixo;

Objeto a ser contratado: Prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro.

Contratada: **JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA , CNPJ nº 46.248.172/0001-80.**

Prazo de vigência: **12 (doze) meses;**
Valor Total: **R$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais).**

Fundamento Legal: Artigo 74, inciso III, "c" da Lei Federal 14.133/2021

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Mulungu do Morro - BA, 10 de janeiro de 2025.

Julio Souza Santos
Presidente da Câmara Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 005/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 005/2025

Objeto: Prestação de serviços jurídicos com ênfase em consultoria e assessoria em fiscalização dos contratos e previdenciária para atender as demandas da câmara Municipal de vereadores de Mulungu do Morro.

Contratada: **JAIANE ALENCAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA , CNPJ nº 46.248.172/0001-80.**

Prazo de vigência: **12 (doze) meses**
Valor Total: **R$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais).**

Fundamento Legal: Artigo 74, inciso III, "c" da Lei Federal 14.133/2021

Mulungu do Morro - BA, 10 de janeiro de 2025.

Julio Souza Santos
Presidente da Câmara Municipal.